



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE SÃO LUÍS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-
BRASILEIROS

PATRICIA OLIVEIRA GOUVEIA SILVA

**CIBERFEMINISMO NEGRO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS NOVAS
FERRAMENTAS DA MILITÂNCIA FEMINISTA NEGRA**

**São Luís-MA
2022**

PATRICIA OLIVEIRA GOUVEIA SILVA

**CIBERFEMINISMO NEGRO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS NOVAS
FERRAMENTAS DA MILITÂNCIA FEMINISTA NEGRA**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros junto ao Campus de São Luís da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Profa. Dra. Cidinalva Silva Câmara Neris

**São Luís-MA
2022**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SILVA, PATRICIA OLIVEIRA GOUVEIA.

CIBERFEMINISMO NEGRO : UMA ANÁLISE ACERCA DAS NOVAS FERRAMENTAS DA MILITÂNCIA FEMINISTA NEGRA / PATRICIA OLIVEIRA GOUVEIA SILVA. - 2022.

60 p.

Orientador(a): CIDINALVA SILVA CÂMARA NERIS.

Monografia (Graduação) - Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Ciberespaço. 2. Ciberfeminismo negro. 3. Movimentos Sociais. I. NERIS, CIDINALVA SILVA CÂMARA. II. Título.

PATRICIA OLIVEIRA GOUVEIA SILVA

**CIBERFEMINISMO NEGRO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS NOVAS
FERRAMENTAS DA MILITÂNCIA FEMINISTA NEGRA**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros junto ao Campus de São Luís da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Profa. Dra. Cidinalva Silva Câmara Neris

Aprovada em: ___/___/___

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Cidinalva Silva Câmara Neris – UFMA
(Orientadora)

Profa. Dra. Tatiane da Silva Sales – UFMA
(1ª Examinadora)

Prof. Ma. Claudimar Alves Durans-UFMA
(2º Examinador)

**São Luís-MA
2022**

*“Nenhuma escritora negra nesta cultura pode escrever “demais”.
De fato, nenhuma escritora pode escrever “demais”. Nenhuma
mulher jamais escreveu o suficiente.”*

Bell Hooks.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me capacitar e dar condições para concluir este importante ciclo em minha vida.

Agradeço a meus pais por me oferecerem todas as oportunidades que lhes eram possíveis, sempre incentivando todos os meus passos e me preenchendo de amor e carinho.

Aos meus amigos por tornarem o caminho mais leve, harmônico e me resgatarem nos momentos difíceis.

Ao curso de Estudos Africanos por me fortalecer enquanto mulher negra, por me ensinar sobre o real significado de emancipação e me dar subsídios para passar adiante.

Aos meus professores por oferecerem tudo o que podiam, resistindo às dificuldades do fazer profissional. E em especial a minha orientadora, por não desistir durante 2 anos e acreditar que era possível a concretização deste trabalho.

Por último agradeço a mim, por não deixar que o número de “desistências” fossem maiores que os de “recomeços”.

Nomes não serão citados por existir o risco de alguns serem esquecidos.

Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o movimento feminista negro a partir da relação que este mantém com o ciberespaço. Observando a possível transposição do feminismo negro do espaço físico para espaço virtual. Desta forma, fez-se um resgate dos conceitos de gênero e de como este desvela a relação da dominação masculina na sociedade patriarcal, a partir das categorias de classe, raça e gênero, assim como explanou-se sobre a transformação dos movimentos sociais com destaque para o movimento feminista e negro. Metodologicamente realiza-se análise qualitativa, com pesquisa bibliográfica e em web sites e perfis de redes sociais como técnica de coleta de dados. Os resultados obtidos revelam que o ciberfeminismo negro não é um elemento substitutivo do movimento feminista negro e que as ferramentas tradicionais não podem ser abandonadas. Posto que a fragmentação dos instrumentos fragiliza a atuação feminista dentro e fora do ciberespaço. Entretanto, as novas ferramentas mostraram-se eficazes na luta contra as opressões de gênero e trouxe para algumas mulheres a possibilidade não só de obter conhecimentos específicos sobre o feminismo, mas de alertar sobre as relações abusivas do cotidiano, oferecendo saídas que levem a emancipação.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Ciberfeminismo negro. Ciberespaço.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the black feminist movement from the relationship it maintains with cyberspace. Observing the possible transposition of black feminism from physical space to virtual space. In this way, it was made a rescue of the concepts of gender and how it reveals the relationship of male domination in patriarchal society, from the categories of class, race and gender, as well as an explanation of the transformation of social movements with prominence. for the feminist and black movements. Methodologically, qualitative analysis is carried out, with bibliographic research and web sites and social network profiles as a data collection technique. The results obtained reveal that black cyberfeminism is not a substitute for the black feminist movement and that traditional tools cannot be abandoned. Since the fragmentation of instruments weakens feminist action inside and outside cyberspace. However, the new tools proved to be effective in the fight against gender oppression and brought to some women the possibility not only of obtaining specific knowledge about feminism, but of warning about abusive relationships in everyday life, offering solutions that lead to emancipation.

Keywords: Social Movements. Black cyberfeminism. cyberspace.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Print da Rede Social Instragram do perfil de Sá Ollebar (2022).....	58
Figura 2 - Print da Plataforma do YouTube do Canal de Gabi Oliveira (2022).....	59
Figura 3 – Print da Plataforma do YouTube do Canal de Gabi Oliveira (2022).....	59
Figura 4 – Print da Plataforma do YouTube do Canal de Gabi Oliveira (2022).....	60
Figura 5 - Print do site Portal Geledés (2022).....	61
Figura 6 – Print da Rede Social Instagram do perfil Portal Geledés (2022).....	61
Figura 7 – Print da Rede Social Instagram do perfil da Djamila Ribeiro (2022).....	62
Figura 8 – Print da Rede Social Instagram do perfil Carla Akotirene (2022).....	62
Figura 9 – Print do site Feminismos Plurais (2022).....	63
Figura 10 – Print do canal do YouTube Feminismos Plurais (2022)	63
Figura 11 - Print do site G1 AM (2022).....	65

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	22
2	A CONSTRUÇÃO DESIGUAL DE GÊNERO E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PELO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DAS MULHERES.....	26
6		
2.1	A CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE – BRANCAS x NEGRAS	27
2.2	A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS: O movimento feminista e o movimento de mulheres.....	33
3	OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO DECORRER DO SÉCULO XX.....	40
3.1	AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA DÉCADA DE 1990.....	43
3.2	MOVIMENTO NEGRO E MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS.....	44
4	O USO DE TECNOLOGIAS VIRTUAIS COMO FERRAMENTA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: um estudo do ciberfeminismo.....	48
4.1	O SURGIMENTO DO CIBERFEMINISMO E SUAS CONFIGURAÇÕES.....	50
4.2	O CIBERFEMINISMO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO.....	55
4.2.1	Formas de atuação do ciberfeminismo negro.....	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

No contexto de expansão das novas tecnologias de informação, os movimentos sociais também sofrem reestruturações quanto ao seu modo de fazer. As práticas tendem a ser atualizadas na tentativa de empreender visibilidade, resistência e ocupação dos espaços formadores de opinião.

Dessa forma, ao analisar o movimento feminista contemporâneo, torna-se importante perceber os novos espaços que lhe tomam como necessários, em particular, a dinâmica das novas tecnologias de informação, que possibilitam redimensionar módulos de comunicação. O feminismo nesse contexto é atualizado para uma nova prática denominada ciberfeminismo.

Ele teve sua primeira aparição apresentada pela bióloga Donna Haraway, que publicou um manifesto intitulado Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. Analisava a relação da mulher com a tecnologia e fazia questionamentos quanto aos outros tipos de feminismo da década de 60 e 70.

Partindo da noção de que o conceito estabelecido para ciberfeminismo não é único e que em consequência dessa pluralidade é possível compreender os vários feminismos disponíveis, a definição utilizada para ele nesta pesquisa foi a de que é “uma prática feminista em rede, que tem por intuito, tanto politicamente quanto esteticamente, a construção de novas ordens e desmontagem de velhos mitos da sociedade, através do uso da tecnologia. (MARTÍNEZ COLLADO e NAVARRETE *apud* GAZIRE, 2009, p. 9).

A definição para rede está assentada na definição de LÉVY (1999), que significa a rede mundial de computadores, definida através da noção de ciberespaço. Por sua vez, este é o “novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores” (p.15). Deste modo, o ciberespaço é o local onde o ciberfeminismo materializa suas ações.

O ciberespaço está ligado permanentemente com o mundo físico e como ele influencia as conexões humanas. Desta forma, as estruturas do mundo físico são transpostas para o mundo virtual, mostrando que o ciberfeminismo negro desde o início atualiza suas relações históricas como outros feminismos, movimentando as possibilidades de novos discursos feministas em redes de comunicação e ampliando assim a inserção da luta

das mulheres negras em diferentes espaços.

Para tanto, o ciberfeminismo negro se mostra relevante, pois permite que novos espaços sejam ocupados na propagação das lutas feministas, proporcionando que experiências sejam compartilhadas e protestos sejam empreendidos a uma velocidade maior que nos espaços físicos. E conseqüentemente gera visibilidade às pautas abordadas e possibilita a inserção de novos adeptos.

A pesquisa a seguir utilizou como meio técnico de investigação pesquisa bibliográfica e em web sites e perfis de redes sociais para se analisar as formas de atuação dos movimentos sociais no espaço físico e o espaço virtual, percebendo as transformações das formas de manifestação do feminismo, especialmente do feminismo negro em cada um deles, alicerçado na problemática de que há uma possível transposição desses espaços, bem como, em quais desdobramentos eles geram.

Foi traçado quem são a/os possíveis protagonistas do movimento e qual a sua relevância para a dissolução do sistema patriarcal. Foi utilizado o conceito e militância do feminismo negro físico para compreender e assimilar o ciberfeminismo negro e as suas composições. Ou seja, considerou-se o feminismo na sua amplitude para assim debruçar-se na singularidade do feminismo virtual.

Deste modo, a pesquisa qualitativa se mostrou como o melhor método a ser utilizado, pois fez o trabalho em tentar compreender e interpretar o ciberfeminismo através de análise documental a partir do ano de 1984, que é o período que surge suas primeiras manifestações. Os métodos utilizados visaram captar e compreender ao máximo toda a luta feminista no ambiente virtual, sempre tendo como base os espaços físicos que serviram de escopo para sua materialização.

O presente trabalho se inicia pelo item dois, nomeado de “A construção desigual de gênero e a organização política pelo reconhecimento dos direitos das mulheres” que fez uma aproximação com os conceitos definidos para gênero, empreendendo observações a cerca das relações que se desvelam a partir dele e como elas são construídas. Baseia-se principalmente nas teorias de Saffioti, que, enquanto teórica do feminismo marxista, analisa como se dá o processo de dominação masculina na

sociedade patriarcal, submetido ao sistema de produção capitalista.

Categorias como raça, classe e gênero servirão de eixo principal para compreensão da subordinação feminina, principalmente da mulher negra alicerçados nas teorias de Angela Davis. Contextualiza-se como se deram as ações coletivas das mulheres em torno de diretos, a partir do século XX, e como elas culminaram nas históricas ondas do movimento feminista no Brasil e no mundo. Caracteriza-se as três ondas do movimento, traçando as conquistas alcançadas no Brasil e onde se localizavam as mulheres negras dentro do movimento.

Já no terceiro ítem “Os Movimentos Sociais no século XX”, apresenta as transformações societárias da época e como o “Estado de Bem-Estar Social” entrou em colapso e qual alternativa foi utilizada para contenção da crise. O contexto da América-latina também será abordado nessa perspectiva e principalmente como o Brasil responde ao novo modo de produção. A resistência dos movimentos sociais neste período será o ponto central para entender como aconteceram as ressignificações adotadas nos anos que se seguiram, atualizados pela ocasião da inserção dos Novos Movimentos Sociais.

Será contextualizado, a partir de Maria Glória Gohn; Carlos Montão e Maria Duriguetto, a formação destes Novos Movimentos Sociais no Brasil, quais foram seus posicionamentos frente às ações empreendidas e o porquê de serem chamados de novos. Serão observadas também outras estruturas de mobilização que serviram de base para os movimentos sociais contemporâneos, em especial, a que serviu de tema para a pesquisa em questão.

O movimento negro e o movimento feminista são contextualizados a fim de entender o porque do surgimento de movimento feminista negro, traçando o conceito de interseccionalidade e o poder de análise que o movimento de mulheres negras possui para emergir enquanto um coletivo político necessário.

O último capítulo “O uso de tecnologias virtuais como ferramenta de organização política: um estudo do ciberfeminismo” concentra suas análises nas novas formas de organização do movimento político de mulheres negras a partir do ciberfeminismo negro, mediante a inserção tecnológica ocasionada pela

globalização dos aparelhos que redefiniram a comunicabilidade. Conceitos como interatividade, cibercultura, ciberespaço e rede estarão relacionados ao conceito de ciberfeminismo negro e o seu modo de atuação.

A definição de feminismo foi resgatada para melhor compreensão do termo ciberfeminismo, arquitetando suas ligações e possíveis atualizações no esforço de entender como as novas tecnologias virtuais são usadas, a fim de melhor qualificar as ações. O papel da internet para a popularização do feminismo negro e de que forma essa ferramenta gera engajamento político também serão abordados, da mesma maneira que se investigará a real democratização dos espaços virtuais e do acesso a internet.

Por fim, postula-se como é composto o ciberespaço às vistas do feminismo negro virtual e suas militâncias, bem como, quais são as características dos novos tipos de protestos feministas, quais são os instrumentos utilizados, a viabilidade destes, assim como foi elencado seus limites e possibilidades enquanto ferramenta de fortalecimento do movimento feminista negro.

O motivo pessoal que serviu de base para a exposição deste tema, que ao debruçar um olhar inquieto sobre as novas formas de mobilização feminista percebe a preocupação das militantes em preencher todos os espaços ideológicos, no intuito de popularizar a luta da mulher por mais direitos igualitários, equitativos e de cunho emancipatório. Mantendo-se atualizadas no seu tempo e espaço. Visando alcançar o máximo de usuários da rede, tendo como enfoque central o gênero feminino, na construção de pontes para os novos adeptos da causa e disseminando campanhas que propaguem a luta por melhores condições econômicas e sociais.

2. A CONSTRUÇÃO DESIGUAL DE GÊNERO E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PELO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Para analisar a construção da desigualdade de gênero, torna-se necessária a aproximação com o conceito de gênero. E para este termo recaem inúmeros primas de significações. As tentativas de teorização surgiram sob as mais diferentes formas, a serviço de variadas vertentes.

Para Scott (1995), a maior parte das formulações estavam referenciadas em estudos das ciências sociais. A autora identifica que para as referidas teorias analisadas, atribuem-se muitas interpretações, sendo inicialmente utilizado pelas feministas brancas americanas que “queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (p. 72). Indicando uma rejeição às explicações biológicas relacionadas as distinções sexuais.

De todo modo, para estas interpretações, as teóricas marxistas envolvidas com o feminismo, guiadas por uma abordagem histórica, consideravam que o esforço para explicar concretamente o termo gênero “tem limitado ou, ao menos, retardado o desenvolvimento de novas linhas de análise.”(SCOTT,1995, p. 78).

Scott utiliza a correlação de duas premissas para definir gênero. A primeira traz gênero enquanto “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, e a segunda de que “o gênero é uma forma primaria de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Para Saffioti (1987), as relações de gênero são historicamente construídas a partir das dimensões de poder de uma sociedade. Materializada através das funções sociais e estabelecidas por intermédio da ideologia dominante, quando costumeiramente a sociedade especifica os terrenos de atuação da mulher e do homem, denotando para estes, papéis sociais que expressam desigualdades.

Tomando consciência do papel de coadjuvante e se percebendo enquanto excluídas dos processos politicamente decisórios, surgiram assim conjuntos de mulheres imbuídas pelo desejo de reconhecimento dos direitos civis, com perspectivas claras de transformações sociais. Este conjunto em

sua grande maioria era composto inicialmente por mulheres brancas, de classe média e alta. As mulheres negras eventualmente participaram de forma gradual, conforme a expansão que o movimento adquiria.

Entretanto, dada a embrionária formação política e inexistência da consciência racial, aconteceram diversas cisões que levaram a formação de outros conjuntos. A partir de então, formado somente por mulheres negras que apresentavam demandas específicas, que até então eram invisibilizadas no conjunto anterior. De todo modo, configurou-se um importante início na construção das transformações societárias que se seguiram dentro das categorias sexuais.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE – BRANCAS E NEGRAS

O processo de dominação nas relações de gênero inscrevem-se nas relações de poder, regidas pelo sistema patriarcal e impressas nas categorias sexuais. As desigualdades de gênero, desta forma, concebem-se potencialmente na sociedade patriarcal, porém sua inserção é anterior a este momento histórico. Entendendo que a construção social da dominação masculina é alçada em variadas categorias e que elas lhe conferem autonomia e continuação, é necessário percebê-las separadamente e em diferentes momentos históricos .

As reais alterações na atuação dos papéis sociais foram sentidas potencialmente no início do século XIX, posto ao processo de urbanização e posteriormente o advento da Revolução Industrial. Na “separação entre o local de moradia e local de trabalho”, transformando-as em “trabalhadoras extralares” (SAFFIOTI, 1987, p. 61).

Alicerçado nestes moldes, o sistema patriarcal consolidou-se através da subordinação feminina socialmente estabelecida enquanto prioridade. Saffioti (1987, p. 50), entretanto, classifica o sistema patriarcal não somente como um “sistema de dominação, modelado pela sociedade machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. ”Que submete, inferioriza e explora economicamente o gênero em questão.

É de extrema importância compreender como a *naturalização* dos

processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (SAFFIOTI, 1987, p.11).

No ambiente doméstico o poder masculino é reiterado pela atribuição deste espaço à “natureza” feminina. Nas palavras de Saffioti (1987), “dada à desvalorização do espaço doméstico, os poderosos tem interesse em instaurar a crença que este papel sempre foi desempenhado por mulheres.” (SAFFIOTI, 1987, p. 11)

Deste modo, as esferas sociais coroadas pelo sistema capitalista, cumprem seu papel ideologizante de camuflagem da realidade social, pormenorizando a historicidade do gênero, subtraindo seus espaços de socialização e construindo, através de ideologias, instâncias de poder e dominação.

Para Bourdieu (2002), as relações de dominação estão incorporadas no cotidiano dos sujeitos e por isso passam despercebidas nas estruturas sociais. Para ele, a dominação só é empreendida porque os efeitos da dominação já estão enraizados, desse modo, tendem a permanecer de forma “espontânea”.

A postura submissa que se impõe às mulheres cabilas representa o limite máximo da que até hoje se impõe às mulheres, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, e que, como inúmeros observadores já demonstraram, revela-se em alguns imperativos: sorrir, baixar os olhos, aceitar interrupções etc.[...]. Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena”[...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de *cerco invisível* [...], limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo – enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos. (BOURDIEU, 2002, p.19)

Assim, o autor explica que uma das nuances da dominação masculina esta na forma repressiva de tratar os corpos. Enquanto o feminino é reprimido, o masculino é incentivado a ser livre. Tais formas de dominação estão dispostas na estrutura da sociedade e, segundo ele, só são passíveis de ruptura com o devido esclarecimento dos processos de dominação e a construção de novas relações de sociabilidade.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos

simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termo de engrandecimento do ego. (BOURDIEU, 2002, p.41)

As expectativas socialmente impostas através da dominação masculina são reproduzidas pelas mulheres, mas não são vistas enquanto categorias de dominação para elas, visto que, por estarem camufladas nas instâncias de poder, como Estado, Igreja, Família e Escola, influenciam inconscientemente nas decisões tomadas. Segundo Bourdieu (2002) “O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o *controem* como poder”. (p. 26).

Zerzan (2010), ao entender que gênero é uma categorização cultural, que está referenciado na divisão sexual do trabalho, e que este “conduz à domesticação e à civilização, que, por sua vez, produziu o sistema globalizado de dominação atual” (p. 3), nota que a dominação tende a ser explorada a partir das relações familiares, estendendo-se às outras instâncias societárias desenvolvidas a partir da polarização de atividades baseadas unicamente pelo gênero. Segundo Meillasoux *apud* Zerzan (2010) o autor assinala que:

Nada na natureza explica a divisão sexual de trabalho, nem instituições como o casamento, conjugalidade ou descendência /linhagem paterna. Tudo é imposto sobre à mulher através de coerção, todos são, portanto, fatos da civilização que devem ser explicados, e não usados como explicação. (MEILLASOUX *apud* ZERZAN, 2010, p. 6)

É neste processo que o lócus feminino se define. Traçando os perfis e as características esperadas, aprofundando os papéis sociais e conseqüentemente distanciando os gêneros. Tornando claro “o processo de *construção da inferioridade*” feminina. (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

E para que tal relação achasse terreno fértil a coexistência entre o inferior e superior, o dominado e dominador, o forte e fraco tornava-se imprescindível. Sempre adotando medidas inversamente proporcionais que denotem validação, às vistas do poder.

Salienta-se que o patriarcado além de ser um sistema latente de dominação masculina, também se configura como explorador econômico, não estando deslocado do capitalismo. Saffioti (1987), reforça essa latência ressaltando que:

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (SAFFIOTI, 1987, p.50)

Durante o sistema escravocrata, a raça, muito mais que o gênero, era a categoria de definição do papel exercido socialmente. No sistema capitalista a inscrição é inversa, porém ainda sofre influências da categoria racial. A mulher negra, inserida no sistema escravocrata, exercia as mesmas funções que os homens e era diametralmente rentável. O trabalho do campo era igualmente realizado e cobrado sob as mesmas penas, caso não fosse cumprido.

Além do trabalho do campo, as mulheres exerciam outra importância lucrativa para seus donos, a de reprodução. Com o fim do comércio atlântico de escravos no final do século XVIII, ficava atribuído às mulheres negras a substituição e aumento da população negra, para dar continuidade ao sistema de exploração do trabalho escravo.

Nas décadas antes da guerra civil, as mulheres negras tornaram-se crescentemente avaliadas pela sua fertilidade, ou a (falta dela): aquela que fosse potencialmente mãe de dez, doze, catorze ou mais, tornava-se um tesouro cobiçado (DAVIS, 1982, p.11)

As mulheres escravizadas eram constantemente vítimas de violência sexual, obrigadas engravidar, trabalhar normalmente durante a gestação e logo após o parto eram afastadas de seus filhos. Vendidos, os seus bebês eram tratados como animais mercadológicos e adiante serviriam de força de trabalho, completando o ciclo da escravidão.

De acordo com Davis (1982) a postura dos senhores em relação as mulheres alternava de acordo com seus interesses, ora eram lucrativas na

lavoura, tal qual os homens, ora eram valiosas para reprodução de mais escravos, ora eram “exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente a sua condição de fêmeas.” (p. 19)

Todavia dentro da comunidade negra, que inevitavelmente estava inserida no sistema escravagista, havia a vida doméstica e nela as categorizações impostas não tinham efeito. Uma vez que, segundo Davis, este espaço era o único onde podiam “experienciarem-se como seres humanos”. A divisão acontecia de forma natural e não havia hierárquia. Havia trabalho nas cabanas, jardim e na caça e todos podiam despenhá-los.

Dentro dos limites da sua família e da vida comunitária, o povo negro conseguiu cumprir um magnífico feito. Eles transformaram essa igualdade negativa emanada da opressão igual que sofriam como escravos numa igualdade positiva: o igualitarismo caracterizava as suas relações sociais. (DAVIS, 1982, pg. 20)

É possível entender que enquanto a mulher negra sempre esteve inserida no domínio do trabalho produtivo, a mulher branca que apesar de se beneficiar deste trabalho, era excluída do domínio econômico. Assim, eram reservadas para os trabalhos do lar, cuidado com os filhos e suprirem as expectativas que seu gênero e raça lhes foram atribuídos. Dentro do aspecto geral mulheres negras e brancas são vítimas da ordem patriarcal imposta, de todo modo passam por violências diferentes, de acordo com a cor da pele e classe social.

Com a eclosão da propriedade privada e o capitalismo industrial dos países europeus, nitidamente definiram-se as relações de dominação sob a mulher branca.

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a idéia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida. (ENGELS, 1984, p.59).

Nesta fase, o excedente produzido, mesmo que de forma embrionária, manifestou no homem o desejo de resguardo quanto à propriedade, que agora

passa a ser privada. Sentindo necessidade de garantir que a sua linhagem recebesse integralmente os bens da família, convertendo à mulher as tarefas, quase que exclusivamente, reprodutivas e domésticas.

Mas foi somente na concepção do regime capitalista que se asseveraram as desigualdades de gênero. A sociedade pautada no capital cria estratégias para conduzir o crescimento da exploração. A partir das opressões de gênero, sexualidade, de raça, etnia, classe e etc., o capital também cria os meios necessários para sua plena produção e reprodução, obtendo assim, maior lucro com base na exploração da mão de obra barata, que no caso das mulheres, foram inseridas no mercado de trabalho pela necessidade própria de desenvolvimento do capitalismo, apesar de ter sido, contraditoriamente, uma conquista dos movimentos de mulheres brancas da época.

Sendo o capitalismo um sistema marcado pelo processo de exploração da riqueza socialmente produzida, o patriarcado para fins de poder, atraía para o topo figuras que representavam a concentração de todos os atributos que eram necessários para o exercício da dominação. Ou seja, o homem branco, hétero e de classe social elevada.

Na realidade esta relação de exploração, concretamente, afetava não só as mulheres, mas a todos que estavam submetidos ao capitalismo. Principalmente os trabalhadores assalariados. Contudo, a mulher constituía o “braço” mais frágil neste processo. Isto porque além de executar cargos desprivilegiados, serem mal remuneradas e atuar em péssimas condições trabalhistas, eram elas que desempenhavam também, no seio familiar as atividades domésticas.

Além da desigualdade de gênero e de classe, a de raça também se mostrava aguda. O status do espaço doméstico somente era dado às mulheres brancas. Às negras há muito já se ocupavam do exercício profissional. Porém, em espaços subalternizados.

Qualquer que seja o tipo de discriminação que pese contra uma categoria social, serve para introduzir o fenômeno da diferenciação dentre os candidatos a empregos. Assim, a mão-de-obra em seu conjunto não é uniforme, é heterogênea. Esta heterogeneidade não diz respeito apenas ao grau de qualificação profissional das pessoas aptas ao trabalho. Estabelecem-se outras diferenças – como as de sexo e raça – sobretudo as quais seus portadores não têm controle.

(SAFFIOTI, 1987, p.55).

Para as mulheres negras, revela Saffioti (1987), restavam os setores rejeitados pelos homens e mulheres brancas, sucessivamente. Sendo usualmente serviços braçais e de ínfima remuneração. Recaindo para elas a tripla discriminação, de ser mulher, negra e pobre. Conservando deste modo, a supremacia de classe, raça e gênero, sob a égide do sistema capitalista.

A dominação masculina assim se revela como peça imprescindível para que a sociedade patriarcal atrelada ao sistema capitalista desenvolva as condições possíveis para a exploração e opressão de gênero e raça às vistas do controle social.

2.2 A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS: O movimento feminista e o movimento de mulheres

De acordo com Gohn (2010), as ações ou organizações sociais em torno de reivindicações coletivas sempre estiveram presentes em maior ou menor grau na esfera social. As noções e representações sociais desenvolveram-se desta maneira conforme o desejo coletivo de superação de determinada realidade. À vista disto, para a autora qualquer ação coletiva que tenha caráter sociopolítico ou cultural, que possibilite organização popular e que nelas expressem suas demandas, são categorizadas enquanto movimento social.

Desta forma, tomando consciência do papel coadjuvante que desempenhavam socialmente e espelhando-se em inúmeros levantes de organizações coletivas do século XX, conjuntos de mulheres majoritariamente brancas, agruparam-se no intuito de tensionar debates sobre gênero, que mais tarde convergiram no chamado movimento feminista.

Ao analisar este movimento, percebe-se que tal organização ao longo da história apresentou-se de forma heterogênea no processo de luta por reconhecimento dos direitos civis e emancipatórios. Desenvolvendo assim, perfis plurais e difusos.

Dessa forma, é falsa a afirmação de que há um histórico do movimento feminista, mas sim uma síntese hegemônica de

determinado período que caracteriza o enfoque dos diversos movimentos feministas, em que cada um assume uma posição política demarcada e delinea determinada estratégia. (BITTENCOURT, 2015, p. 199)

Ao final do século XVIII até o XX, iniciam-se as primeiras discussões em torno da categorização sexual e conseqüentemente a busca pela conceituação do termo gênero. Os estudos mostraram-se contestadores, porém ainda imbuídos por noções conservadoras. (BITTENCOURT, 2015). A primeira onda do movimento feminista acontece nos Estados Unidos e Inglaterra, num levante de contestação à até então silenciada atuação feminina na sociedade, à ausência de poderes e à imposição do espaço privado como o lugar natural da mulher, ficando responsáveis integralmente pela casa e os cuidados da família. (SAFFIOTI, 1987).

Para Bittencourt (2015) esta onda foi marcada por reivindicações quanto à “formação profissional e a representação política, reivindicando o acesso à educação formal, ao trabalho remunerado e ao voto.” (p. 199). Tais conquistas datam o ano de 1913, encabeçadas pelo movimento das sufragistas, até o ano de 1930.

Todavia, a primeira onda constitui-se como conservadora, pois as propostas pouco modificavam a ordem societária, tampouco agregava à luta as mulheres negras que não tinham suas demandas incluídas nas propostas do movimento, visto que a mulher negra possuía e até hoje possui especificidades quanto às suas experiências sociais, que até então as mulheres brancas ignoravam ou desconheciam.

Portanto, se existesse espaço para as reivindicações das mulheres negras nesse período, a dignidade e a valorização como seres sociais seriam prioridade, visto que era desproporcional a forma como eram tratadas em comparação as mulheres brancas. O pensamento interseccional nasce do contexto de exploração e violação que mulheres negras sofriam através da racismo, capitalismo e heteropatriarcado. Para a pesquisadora Fabiana Leonel (2010), “a encruzilhada das várias categorias nas dinâmicas sociais forma uma complexa rede de desigualdade que se perpetua e se reestrutura”.

No Brasil, Lélia Gonzalez (1984) apontava que as mulheres brasileiras exiladas na Europa e Estados Unidos durante a ditadura trouxeram os

inicialmente as discussões sobre movimento feminista, porém pelo profundo abismo entre as experiências vividas por elas e as mulheres negras, a compreensão do tópico racial ficou comprometida e conseqüentemente, em segundo plano.

O movimento feminista brasileiro estava organizado a partir de um modelo ocidental e judaico-cristão que pouco ou nada considerava os dados étnicos e raciais da população brasileira e seu histórico escravocrata particular.” (GONZALES, 1984 p. 4).

O movimento de mulheres negras no Brasil foi articulado por mulheres negras que já faziam parte do Movimento Negro e do Movimento Feminista, integrando as duas pautas em uma só, em “prol de uma nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher e negra” (CARNEIRO, 2002, p. 182).

No território brasileiro as primeiras organizações em prol do direito das mulheres iniciaram-se com a liderança da renomada bióloga e cientista Bertha Lutz, que ao regressar ao Brasil na década de 1910 puxa um levante em reivindicação ao sistema eleitoral excludente. (PINTO *apud* MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015)

Após 30 anos, eclode a segunda onda feminista nos países centrais, agora guiados por líderes operárias, anarquistas e teóricas (ALVES; ALVES, 2013), que traziam temas desafiadores à dominação masculina. Assim ressurgia a necessidade de continuar repensando a natureza dos papéis sociais, pois as primeiras conquistas já não eram suficientes e o modelo patriarcal ainda incomodava.

Compreendendo o período pós-guerra e a dormência que este gerou ao movimento, reconstrói-se o cenário através da renúncia ao patriarcalismo e obtém-se um alongamento das frentes de luta, aproximando-o às questões de classe e raça. (BITTENCOURT, 2015).

A partir de então, o próprio movimento feminista, também influenciado por outras organizações políticas e movimentos sociais, critica seu caráter burguês-liberal de outrora, fazendo recortes de classe e raça, relações de poder e transversalidade de opressões estruturais para além do gênero. Assim, elevam-se as vozes das mulheres negras e pobres subjulgadas dentro do movimento.

(BITTENCOURT, 2015, p. 201)

A segunda onda do movimento feminista foi marcada pelo combate as desigualdades culturais e políticas que refletiam no modos operandi da vida doméstica feminina. Visto que a idéia de pertencimento ao lar e a obrigatoriedade da maternidade eram concepções estabelecidas como naturalmente femininas. A inserção mercadológica continuava sendo uma demanda de prioridade para as mulheres brancas e uma antiga realidade das mulheres pretas.

No contexto do Brasil, as primeiras manifestações do movimento feminista aconteceram na década de 1970, em meio a represálias e limitações. O país vivia um estremecimento societário peculiar, ambientado pelo regime militar iniciado em 1964 e atribuía clandestinidade a todos os ativistas da época. (PINTO *apud* MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015)

As décadas que se sucederam não melhoraram o cenário mundial, o fortalecimento do neoliberalismo em 1980 trouxe para dentro e fora do movimento inconstâncias, apresentando um Estado mínimo, repressivo e desfavorável para qualquer movimentação social nos países centrais.

De toda forma, no Brasil após a redemocratização do regime militar, o movimento ganha consistência social e política. O cenário brasileiro neste momento obtém a abertura necessária para a movimentação popular e a atuação das mulheres. “Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.” (SARTI *apud* MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015, p. 93).

Delineando uma nova rota, a terceira onda feminista iniciada em 1990 difunde o pluralismo da luta e a “recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro” (MACEDO *apud* BITTENCOURT, 2015, p. 202). Nesta fase os questionamentos trazidos interpelam o “enclausuramento cerrado do conceito de gênero, da contestação expressiva à heteronormatividade, a construção dos corpos, o transfeminismo e a sexualidade” (BITTENCOURT, 2015, p. 203).

A terceira onda também trazia críticas aos paradigmas das ondas passadas, quanto à invisibilidade das mulheres negras e do perigo da

universalidade dos direitos, posto que não deixava margem para analisar as opressões a partir dos signos de raça e classe. Por todo o Brasil, nesta década, eclodem grandes mobilizações populares, movimentos sociais, greves e paralisações. São criados sindicatos e os trabalhadores protagonizam o desenvolvimento de um projeto societário alternativo. (MONTÃO; DURIGUETTO, 2013).

A característica principal da terceira onda foi a ativa participação das mulheres negras que carregavam, a partir de suas experiências, contestações diferentes das mulheres brancas. As condições políticas, sociais, culturais, econômicas e étnicas eram experienciadas por essas mulheres de maneiras diferentes e precisavam portando ser abordadas a partir deste viés.

A interseccionalidade surge a partir da necessidade analítica de entender a sobreposição das opressões sofridas pelas mulheres negras. Levando em consideração a discriminação de raça, classe e gênero. Kimberlé Williams Crenshaw em 1989 idealizou o conceito de interseccionalidade, ao pesquisar sobre as violências vivenciadas por mulheres negras periféricas estudinenses.

Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda, segundo a metodologia de Patricia Hill Collins, trata-se de visão interseccional inválida ao projeto feminista negro. A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2019, p, 27)

A mentalidade escravocrata construída ao longo dos anos, tanto nos países centrais, como na América Latina, contribuiu para que o imaginário coletivo percebesse as mulheres negras sempre associadas ao trabalho, esquecendo qualquer outro aspecto pessoal.

Desde o século XVIII nos países centrais, as lutas pelo reconhecimento do direito das mulheres não eram unicamente reivindicadas pelo movimento feminista. O movimento de mulheres surge com ações reivindicatórias semelhantes. Porém, apresenta pautas divergentes, uma vez

que enquanto o movimento feminista concentra-se na equidade de gênero em questionar as relações de dominação e propor a ruptura com os moldes patriarcais que oprimem a figura da mulher. As demandas do movimento de mulheres giram em torno de cobrar do Estado acesso aos bens de consumo coletivos (creches, escolas, transporte, etc.).

Apesar de existirem confluências entre as demandas reivindicativas de ambos os movimentos, eles não possuem as mesmas perspectivas analíticas, posto que algumas mulheres do movimento de mulheres não se identificam com as pautas feministas e adotam posições de distanciamento. Portanto, segundo Silva e Camurça (2013):

Nem todas as organizações do movimento de mulheres definem-se como parte do movimento feminista. Sabemos que há mulheres em todos os movimentos sociais, mas nem todos os movimentos sociais enfrentam os problemas da situação das mulheres. Também nem todas as mulheres refletem sobre a situação de dominação e exploração que nós vivemos. Por isto, nem todas apóiam as causas feministas. (SILVA; CAMURÇA, 2013, p.16)

Doravante a pluralidade dos pensamentos que o próprio feminismo carrega, principalmente no período da terceira onda, o movimento de mulheres surge como co-participante, entretanto, permanece autônomo na sua percepção enquanto movimento social. Geralmente liderado por “mulheres da periferia de centros urbanos, das pequenas comunidades rurais” e “as que atuam nos sindicatos” (SOARES *apud* ILZE, 2007, p. 15).

O feminismo, desta forma, assume algumas dimensões no seu modo estrutural. Pode ser desempenhado enquanto movimento social, que visa romper com o sistema de dominação masculina e objetiva a transformação social, enquanto perspectiva teórica que busca analisar as relações de gênero e delinear críticas a sociedade patriarcal e como uma “postura ou atitude” das que se negam a seguir os padrões socialmente impostos, por vezes tidas como subversivas ao exibirem cotidianamente sua identidade política feminista. (SILVA; CAMURÇA, 2013)

No Brasil contemporâneo este movimento experimenta a multiplicidade de pensamentos, superando a singularidade de outrora. Reconhecendo que as lutas apesar de compartilhadas apresentam particularidades internas, seja de idade, classe, raça, geografia ou concepção,

mas que permanecem tendo o mesmo oponente: instituições que reproduzam preconceitos e comportamentos baseado na diferença biológica entre os sexos, como o Estado, família e a igreja. (CISNE; GURGEL *apud* MONTÃO; DURIGUETTO, 2013).

De maneira geral, podemos identificar três tendências teóricas e ideopolíticas no interior do movimento feminista nacional e latino-americano: um feminismo que possui uma *perspectiva socialista*, ao entender que a emancipação da mulher demanda a construção de um outro projeto societário que se contraponha ao capitalismo para o alcance da igualdade e da liberdade substantivas; um feminismo que busca igualdade e a liberdade para as mulheres por meio da reivindicação de direitos que consubstanciam a *cidadania nos marcos do capitalismo*; e um feminismo filiado às *premissas pós-modernas*. Nesse campo, o feminismo limita-se ao culturalismo, atuando na subjetividade, no simbólico e nas “representações sociais”. (MONTÃO; DURIGUETTO, 2013, p. 287).

As correntes, teorias e conquistas alcançadas pelo conjunto de mulheres nas diferentes ondas refletem a determinação em romper com as relações de subalternidade. Essencialmente compromissadas com a transformação societária, na conquista pela emancipação plena da mulher, enquanto sujeito livre, passível de direitos e potencialmente capaz de desenvolverem-se enquanto cidadãs.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS NO DECORRER DO SÉCULO XX

Rigorosamente o sistema capitalista apresenta períodos ou ciclos que definem o seu desenvolvimento. Passando pela “estabilidade, animação crescente, prosperidade, superprodução, *craque*, estagnação, estabilidade etc.” (MARX *apud* MONTÃO; DURIGUETTO, 2013, p. 181). Para todas as fases, a crise se apresenta como fundamental para o desenvolvimento/crescimento do sistema capitalista. E para cada crise o capital cria estratégias de superação.

A ideologia neoliberal investe principalmente em desmobilizar as lutas trabalhistas, pois observa que a partir da desarticulação e do silenciamento da classe operária torna-se mais fácil a precarização do trabalho. Neste formato, a aceleração do regime capitalista aumenta o desemprego, diminui o custo salarial, terceiriza a classe operária e institui a flexibilização das relações trabalhistas. (MONTÃO, 2013).

No processo de (contra) reforma do Estado, a estratégia é dar máxima liberdade ao capital financeiro e proporcionar um Estado minimamente interventor, que passe para a sociedade civil todas as funções que antes eram de sua responsabilidade. O fomento da empregabilidade e aumento das taxas salariais no sistema keynesiano é substituído pelo investimento no capital financeiro internacional nos estados nacionais.

A dinâmica do sistema capitalista na América Latina ocorreu de forma peculiar ao dos países centrais. Inicialmente vivenciou um contexto de dependência e subordinação econômica em relação às metrópoles; “com a predominância de um padrão de acumulação primário-exportador ao qual correspondiam regimes políticos oligárquicos, em que as distintas frações das elites econômicas disputavam entre si a apropriação do Estado” (MONTÃO; DURIGUETTO, 2013, p. 250), marcado pelo período que compreende o século XIX e início do século XX.

Em resposta ao caráter repressivo e a nova dinâmica inscrita, os movimentos sociais de resistência no Brasil fortalecem as reivindicações organizando-se em ações de “protesto, passeatas, greves, atos públicos, bloqueio de rua, acampamentos em frente a órgãos públicos, abaixo-assinados, levadas a cabo pelas organizações estudantis, populares e

operarias.” (MONTÃO; DURIGUETTO, 2013, p. 270).

A confluência dos movimentos resultou no movimento da “Diretas Já”, pelo fim da ditadura militar e o retrocesso circunscrito na sociedade, que gerava um clima de insegurança civil. O movimento feminista nesse momento histórico aproxima-se das organizações de esquerda e dos trabalhadores em acordo com as bandeiras de redemocratização do país, articulado em defesa da:

Anistia geral e irrestrita, por bens de consumo coletivo nos bairros da periferia; por melhores condições de trabalho e igualdade salarial para homens e mulheres quando exercem as mesmas funções, entre outras. Entre as bandeiras propriamente feministas, estavam as lutas contra o controle de natalidade às classes trabalhadoras; a legalização do aborto; o direito à assistência à maternidade, entre outras. (PINTO *apud* MONTÃO; DURIGUETTO, 2013, p. 287)

Entretanto, apesar das crescentes mobilizações nos anos pós-ditadura, pós-1973 e principalmente pelo alagamento das frentes neoliberais no Brasil, multiplicam-se a institucionalização das ONGs (Organizações não Governamentais) e as parcerias com o Estado. Há, dessa forma, a reconfiguração do sentido dos movimentos sociais e das relações estabelecidas.

Sendo assim, transfiguram as organizações políticas através do processo de engajamento dos movimentos sociais que ao institucionalizar suas ações, modificam-se as pautas que visavam transformação social para assumirem papel de mediadores entre a sociedade e o Estado.

A consciência de classe perde vez para a consciência individual e obtém-se uma expansão dos projetos ideológicos que alteram a realidade social, tirando da esfera estatal a responsabilidade das demandas sociais. Os novos responsáveis, cooptados ideologicamente pelos ideários neoliberais, assumem tal função esvaziados de noções políticas e preenchidos por valores de altruísmo e solidariedade.

Os Estados Unidos da América, após tornarem-se super potência pela ocasião do final da Segunda Guerra Mundial e no contexto de expansão do socialismo real no continente Europeu e na Ásia, apresentou o momento que deu origem a “Guerra Fria”, utilizado como estratégia ideológica para conter a ampliação do comunismo no mundo.

Neste cenário, a emergência dos Novos Movimentos Sociais deram-se influenciados por revoluções no decorrer do século XX e o Maio Francês de 1968. Refletindo a massiva tendência de politização societária da época. Nesta perspectiva, os países latino-americanos que através das revoluções se aliaram às lutas populares ou aproximaram-se dos partidos de esquerda, sofreram consideráveis represálias, seja através das ditaduras ou pela inserção forçada dos projetos de “Terceiro Setor”.

Estes Novos Movimentos organizaram-se “ora como complemento, ora como alternativa aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos de esquerda” (MONTÃO; DURIGUETTO, 2013, p. 264), abordando temas pouco convencionais, para além das relações de trabalho ou do ambiente fabril.

Consideravam questões como de “gênero, de raça, etnia, religião, sexualidade, ecologia, as referentes à esfera de reprodução social – os bens de consumo coletivo: saúde, educação, transporte, moradia etc.” (BIHR *apud* MONTÃO; DURIGUETTO, 2013, p. 266). Priorizando, desta forma, questões sociais gerais e ignorando as lutas anticapitalistas de reprodução.

Por outro lado, a ausência de questões que envolvessem o debate anticapitalista distanciou os Novos Movimentos Sociais da luta de classes e, conseqüentemente, fortaleceu a inserção do neoliberalismo e a estabilidade do capital.

Dessa forma, apesar de trazerem para o centro das discussões questões pertinentes a outras esferas da reprodução social, continuaram a adotar uma posição aclassista e que, na maioria das vezes, não traziam propostas para a construção de um novo projeto societário, contribuindo assim para a permanência do mesmo.

O distanciamento proposital da luta de classe, focados apenas na defesa da cidadania, movimentava-se de forma a ignorar o antagonismo em que estavam imersos (capital/trabalho), direcionando para o Estado as pressões em busca de acesso aos bens de consumo e aos direitos, esquecendo-se da relação de exploração que continuaria a determinar as condições de subalternidade.

3.1 AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA DÉCADA DE 1990

A partir dos anos de 1990 os movimentos sociais de modo geral desenvolveram alterações no campo relacional e estrutural, as ações coletivas sofreram fragmentações, reduções e, por vezes, ressignificação ideológica.

Internalizam as noções de solidariedade, de justiça social e a autonomia do indivíduo, estabelecendo vínculos e parcerias com o Estado, aprofundadas pelo “projeto do Terceiro Setor”, mas reveladas nitidamente pela inserção cada vez mais aguda das “transformações da identidade política dos sujeitos”. (GOHN, 2010, p.21).

Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas destes sujeitos – construídas em processos de lutas contra diferenciações e discriminações socioeconômicas – em políticas de identidades, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias de Estado, em parceria com organizações civis - tipo organizações não-governamentais (ONGs), que desempenham o papel de mediadores. (GOHN, 2010, p. 21).

Entram em cena as redes de mobilização, e com ela novos atores ou mobilizadores. Alteram-se também o formato e o signo da ação social organizada. Contudo, a ação popular é cooptada pelas estruturas políticas, como assinala Gohn (2010):

A dimensão política – entendida como o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena – desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas – de cima pra baixo, na busca de coesão e de controle social. (GOHN, 2010, p. 21).

Dessa forma, as redes de mobilização em geral atuam de forma pontual para resolver demandas sociais desestabilizadas, aglutinando assim pessoas que estejam engajadas em dar repostas aos problemas sociais emergentes, sem se opor ou questionar o papel do Estado ou à imposição econômica. De qualquer forma, os movimentos sociais e as redes de mobilização atuam em coexistência, sem sobreposições, porém divergentes politicamente.

À vista disto, os sujeitos que atuam nas novas configurações da estrutura mobilizadora, apenas contribuem para a resolução dos problemas emergenciais. O horizonte emancipatório fica cada vez mais longe, em virtude das parcerias e projetos, que o distancia das principais características dos movimentos sociais: a autonomia político-ideológica e o senso reivindicatório contra qualquer estrutura que sirva aos interesses capitalistas. Vale ressaltar que

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos e ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e às novas forças sociopolíticas em ação). O importante a destacar é esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas. O repertório de lutas construído por eles demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais. (GOHN, 2010, p. 41).

As movimentações no Brasil e no mundo se deram de maneiras difusas, porém, auto-centradas em dar respostas às diversas falhas existentes na sociedade, fruto da inoperante estrutura Estatal, que desconsiderava e continua a desconsiderar as necessidades coletivas. No caso brasileiro, os movimentos das décadas de 60, 70 e 80 serviram de base e referência para os movimentos sociais contemporâneos.

Dessa maneira, podemos concluir que há um enfraquecimento dos movimentos sociais de modo geral, uma vez que desconectados das noções de contradição que o capital-trabalho gera e separados enquanto organizações políticas, no exercício de reivindicações pontuais e espontâneas, não alcançam força suficiente para formular a construção de um projeto de sociedade alternativa, que levem a consciência de classe, que atenda as demandas trabalhistas e destrua com as investidas neoliberais por ocasião do modo de produção capitalista.

3.2 MOVIMENTO NEGRO E MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

A resistência negra no Brasil foi construída durante toda a história republicana brasileira. Na ocasião do final da ditadura militar a comunidade negra se organiza em torno de reivindicar seus direitos enquanto cidadãos,

sua inserção no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade, no direito à saúde, a política, a igualdade social e ao reconhecimento da sua importância na cultura e na história brasileira.

Na história o processo de abolição da escravatura foi um momento importante no contexto da emancipação negra. Contudo, sabe-se que o ato veio através de pressões externas a colônia, forçado pela lei e de caráter regulador. Entretanto a passagem de escravizados para libertos estruturou mais um passo para alcançar a liberdade e dignidade negra.

A luta da comunidade negra começa muito antes do Movimento Negro existir como movimento social politizado, começou nas rebeliões dentro dos porões dos navios que traficavam os africanos para a América Latina, continuou através da desobediência no Brasil Colônia e da negação ao sistema escravocrata, passando pelo processo de abolição da escravatura, quando os corpos negros enfim ganharam as primeiras formas de emancipação até o início dos movimentos sociais organizados de reivindicações dos direitos sociais.

A partir dessas organizações é possível entender as diversas fases que o movimento social negro passou na história brasileira em busca de produção de saberes, superação do racismo e discriminação racial, a valorização da cultura e história do Brasil, assim como a construção da identidade étnico-racial.

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam desta definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e cultura negras no Brasil [...] (GOMES, p. 23, 2017)

A organização política deste movimento trouxe para o cenário do país, a partir do séc. XX discussões importantes que modificaram a compreensão da realidade social vivida até então. O movimento negro “alertaram a sociedade e o Estado para a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente herança de um passado escravista, mas, sim um

fenômeno mais complexo e multicausal, produtor de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural. (SILVERIO, 2002)

A partir do Movimento Negro, nasce em seu seio o Movimento de Mulheres Negras, em meio a denúncia de práticas machistas, existentes dentro do Movimento Negro e da não adoção de políticas emancipatórias específicas para as mulheres negras. Chamando atenção para suas múltiplas demandas, tanto no campo laboral, como no político e sindical. Segundo HOOKS (1981), “entre as massas negras no século XIX, os homens eram totalmente de acordo e comprometidos em estabelecer e manter a ordem social patriarcal na sua agregada cultura.”

A cisão também nasce da incompatibilidade analítica que o Movimento Feminista, majoritariamente composto por mulheres brancas, possuía de deixar de fora as questões étnico-raciais marcadamente presentes na vida das mulheres negras. Pretensamente o Movimento Negro e o Movimento Feminista, apesar de lutarem pela emancipação, seja de raça ou gênero, não conseguiram inicialmente compreendê-las como sobrepostas e confluentes.

E foi a partir do levante de mulheres negras, trazendo seus apontamentos, através de vivências e experiências que surgiram conceitos como interseccionalidade, assim como reflexões e ações políticas sobre a categoria das mulheres negras. “O sexismo masculino negro prejudicou a luta para erradicar o racismo, assim como o racismo feminino branco prejudica a luta feminista.” (HOOKS, p. 208, 2015)

Se tornou necessário problematizar e trazer algumas reflexões sobre o feminismo branco, que desde a primeira onda reproduzia pensamentos conservadores. Naquele período, a proteção paternalista era dada somente as mulheres brancas, a reivindicação em torno do trabalho não fazia sentido, nem contemplava as mulheres negras. Posto que além de não serem vistas como frágeis, há muito tempo trabalhavam em funções pesadas.

O sistema de opressões se mostrava muito mais complexo, quando percebido pela ótica das mulheres negras, a superação do sexismo e equidade de gênero ofuscava a discussão racial e o quanto essa questão precisava ser considerada.

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de

falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. (HOOKS, p. 207, 2015)

A partir dessa análise, a crítica feminista cunhada pela intelectual afro-estudinense Kimberlé Crenshaw em 1989 passou a embasar o significado de interseccionalidade que propôs perceber a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.” (AKOTIRENE, 2019, p. 14)

4. O USO DO CIBERESPAÇO COMO FERRAMENTA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: um estudo do ciberfemismo

Via de regra, os movimentos sociais são expressões de resistência a um modelo ou situação social que oprime ou exclui determinadas parcelas. Movidos por ações de enfrentamento, esses grupos visam conscientizar e romper com os padrões estabelecidos, para tanto, são dotados de própria “identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade.” (GOHN, 2011, p. 336). Além das características básicas no novo milênio, apresentam também atualizações quanto aos seus ideários clássicos.

Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. (GOHN, 2011, p. 337).

Na contemporaneidade atualiza-se também o formato de atuação dos atores em cena, visto que a inserção e popularização tecnológica modifica a comunicabilidade entre os seres sociais alterando também o desenvolvimento dos movimentos.

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade. (HABERMAS *apud* GOHN, 2011, p. 336).

O modelo da organização dos movimentos sociais segundo os processos de alteração também variaram ao longo dos anos. Originalmente as primeiras ações coletivas estavam atreladas a atos de “denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas.” (GOHN, 2011, p. 335).

Entretanto, impressos em uma nova era, os movimentos sociais

passam a utilizar também como ferramenta de organização o ciberespaço. Esse novo ambiente altera consideravelmente as estruturas organizativas da comunicação possibilitando outros meios de fazer resistência. Para LÉVY (1999), ciberespaço tem a seguinte definição:

“[...] espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos [...], na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 93)

Ou seja, ciberespaço é a conexão entre as diversas redes de computadores que transmitem conjuntos de informações simultâneas. Essa nova tecnologia além de traçar novas possibilidades organizativas, potencializa as já existentes, seja no alcance de mobilizadores, no aumento da visibilidade ou na velocidade empreendida. “A Internet não permite somente comunicar mais, melhor e mais rápido; ela alarga formidavelmente o espaço público e transforma a própria natureza da democracia”. (CARDON *apud* MEDEIROS, 2016, p. 1).

As tecnologias digitais surgiram, então, como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, da sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento. (LÉVY, 1999, p. 30)

Assim sendo, o feminismo enquanto movimento social que visa atingir e modificar os papéis sociais, agora passa também a imprimir suas categorias de análise a partir de novos aparelhos tecnológicos, buscando ocupar todos os espaços possíveis que gerem ou impulsionem à emancipação. E essas novas práticas só se tornam possíveis através do processo de globalização, que facilita e integra a inserção de novos módulos de comunicação pelo mundo.

Para tanto, surge o ciberfeminismo, movimento arquitetado com intuito de “questionar as relações das mulheres com a tecnologia e as estruturas de gênero na cultura eletrônica, do mesmo modo que os feminismos da década de 1960 buscavam questionar as estruturas de gênero em outras estruturas mais básicas.” (GAZIRE, 2009, p. 34)

4.1 O SURGIMENTO DO CIBERFEMINISMO E SUAS CONFIGURAÇÕES

A construção do ciberfeminismo não é resumida através de um único movimento. A estrutura funda-se a partir da conexão com a rede mundial de computadores e o encontro de vários grupos, que ao se juntar, trocam experiências e discutem as relações entre gênero e tecnologia.

Sendo assim, o ciberfeminismo pode ser entendido como sendo uma “prática feminista em rede, que tem por intuito, tanto politicamente, quanto esteticamente, a construção de novas ordens e desmontagem de velhos mitos da sociedade através do uso da tecnologia” (MARTÍNEZ COLLADO e NAVARRETE *apud* GAZIRE, 2009, p. 9).

Inicialmente, a primeira manifestação do ciberfeminismo teve origem através da publicação de Donna Haraway, intitulado “O Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX”. O manifesto propunha o “rompimento com o marxismo, o feminismo radical e outros movimentos sociais” que segundo ela fracassaram “ao operar com categorias como classe, raça e gênero.” (GAZIRE, 2009, p. 7).

Apesar de no princípio ter sido influenciado pela ideologia de Haraway, o movimento ciberfeminista perde relação com tais conceitos, principalmente, ao final da década de 1990 e início do ano 2000, quando há um movimento de expansão das ações ativistas que analisavam sumariamente a relação das mulheres com a tecnologia.

Outro fator responsável pela origem do Ciberfeminismo foi a percepção da cultura digital como espaço masculino excludente influenciando a formação e produção artística de grupos, que traziam principalmente o questionamento do estado da arte digital, através de subversão e da ironia na produção de redes eletrônicas, websites, softwares, vídeos, eventos, textos online, mídia livre, jogos e performances.

As primeiras ciberfeministas acreditavam que o ciberespaço poderia ser um espaço de experimentação criativa fluida, um lugar para transformar e criar em colaboração com uma comunidade global de artistas com o mesmo pensamento.

O termo Ciberfeminismo possui origens diferentes, características fragmentadas e a apropriação de redes eletrônicas, tornando possível, assim, a sua organização de forma reticular. Uma das razões

para tal fenômeno está além do fato da própria pulverização do movimento em inúmeras redes eletrônicas em diferentes partes do mundo, mas mais pelas diferentes práticas culturais do que vem a ser o feminismo e sua relação com as tecnologias de comunicação. (GAZIRE, 2009, p. 12-13).

Porém, contemporaneamente ele pode ser apresentado de duas formas: pela internet e para internet. O ciberfeminismo pela internet é utilizado pelas ciberfeministas como um espaço possível para organização e divulgação das teorias feministas, reforçando a poder da militância em qualquer espaço, seja ele físico ou virtual. E o ciberfeminismo para internet inscreve-se quando as mulheres assumem a forma de produtoras de tecnologias e softwares livres.

Com o progresso tecnológico e a expansão do ciberespaço, novas técnicas, teorias, práticas e valores são gerados, modificando o desenvolvimento social e cultural das relações, estas novas configurações criam a noção de cibercultura, levando ao aprimoramento da relação com a tecnologia, com ênfase na interatividade utilizada pelas ciberfeministas.

A internet à vista disso, mostrou-se um importante instrumento de comunicação, desenvolvendo-se enquanto espaço que consegue agregar e articular vários tipos de organizações, sendo assim um espaço livre, que aceita as mais diversas correntes e propostas.

O Ciberfeminismo se apropriou da Internet e outras redes tecnológicas (como BBS, listas de e-mail), seguindo a afirmação de diferentes teóricas do movimento, de que a Internet seria um sistema de comunicação alternativo que favoreceria a manifestação de discursos múltiplos e descentralizados. A Internet, então recém-surgida, seria um meio no qual, aparentemente, seria possível a dissolução dos papéis designados aos gêneros, às identidades e corpos. (GAZIRE, 2009, p. 36).

Por ser um meio de comunicação de massa, a internet se apresenta como sendo um ambiente propício para o alargamento dos movimentos sociais. O feminismo então, ao utilizá-la enquanto ferramenta de organização expande seu desempenho, fazendo o esforço de transpor a luta do espaço físico para o espaço virtual. Sem causar sobreposições, mas sim a expansão dos espaços possíveis de militância.

Portanto, o ciberfeminismo possui lócus definido – a internet, tem seus próprios atores – as ciberfeministas; público alvo – usuários da rede; e atua

como extensão ou como ferramenta do movimento feminista. É um movimento de cunho identitário, ou seja, nasce a partir da identificação dos sujeitos com as pautas construídas. Buscando creditar para seus adeptos consciência coletiva das questões de gênero e propor a elaboração de um projeto de sociedade que extermine com o machismo em todas as instâncias que o reproduzem.

Levando em consideração o conceito de ciberespaço definido como o “novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores” (LÉVY, 1999, p. 15), este torna-se então para as organizações políticas mais um meio, para além do espaço físico, que permite abrigar e democratizar as informações, visto que se constitui como espaço livre, expandido e que permite variados formatos comunicacionais (hipertextos, vídeos, áudios, imagens etc.), em uma abrangência mundial.

Desta maneira, as informações que transitam no ciberespaço atualmente são difundidas de forma ampliada e permitem a interação indiscriminada de seus usuários. Porém, segundo MONTEIRO (2001), tal difusão nem sempre aconteceu, uma vez que no séc. XX a elite restringia e manipulava as informações num esforço de controlar social e culturalmente as massas.

Com a internet, esse quadro se altera, na medida em que a Rede torna acessíveis, sem a exigência de grandes investimentos, um meio de produção e, principalmente, distribuição de informações. Da mesma forma, a censura se torna cada vez mais difícil, na medida em que as informações podem partir de múltiplas fontes. (MONTEIRO, 2001, p. 32)

Portanto, há um aumento no processo de popularização do ciberespaço, em virtude da sua crescente potencialidade comunicativa, na medida em que detém o poder de ser difusora de diversos conteúdos para uma massa geograficamente heterogênea, múltipla e desconhecida.

[...] na sociedade “informacional” em que vivemos hoje (francamente fundamentada na “capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos”), esse fato é comparável à posse dos meios de produção de bens na época da sociedade industrial. É nesse sentido que podemos afirmar que a internet têm características realmente “revolucionárias”. (CASTELLS *apud* MONTEIRO, 2001, p. 33)

Nessas condições, o espaço virtual é utilizado como ferramenta de engajamento e como forma de resguardo das possíveis censuras cunhadas em outros meios de comunicação. Dado que as outras mídias comunicativas como TV, Rádio ou Jornal, por vezes, são ideologicamente manipuladas pelo capital ou seguem a lógica da espetacularização.

Passando então a configura-se enquanto espaço possível de fuga, seja pela facilidade em empreender e transmitir idéias/debates de forma democrática ou pela possibilidade de aproximação com/de novos adeptos, proporcionando ao sujeito sair do papel de expectador para o de colaborador dos meios organizativos.

A tecnologia digital, combinada com a infraestrutura da internet, se distingue de maneira substantiva das tradicionais mídias: é uma plataforma de comunicação de duas vias, através da qual participantes não são meros receptores passivos de conteúdo. (MAGRANI, 2017, pág. 4)

Porém, a democratização da informação não significa dizer que há também uma democratização do acesso à internet. Posto que de acordo com a ONU (2018), a partir do relatório empreendido pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), 3,7 bilhões de pessoas permanecem sem acesso à Internet no mundo.

Entre as mulheres esse dado aumenta se comparado ao acesso dos homens, principalmente nos países em desenvolvimento. No Brasil, as que são analfabetas, negras, indígenas, de campo ou de periferia, majoritariamente são as que mais sofrem com os rebatimentos das desigualdades sociais, refletidas neste caso, na exclusão digital.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, em 2019 o Brasil registrava a utilização da internet por domicílios em 82,7%, porém, a região Norte e Nordeste aparecem com o menor percentual de uso. Esse diferencial de percentual também pode ser sentida entre os estudantes da rede pública em comparação aos da rede privada que somam 68,4% e 77,0%, respectivamente.

Já entre os grupos etários, o grupo com maior utilização está entre 20 e 24 anos com o percentual de 92,7% , entre 10 e 13 anos 77,7% e entre 50

a 59 de 74,%. Há ainda o número de não utilização da internet em domicílios por motivos de falta de interesse 32,9%, questões econômicas 26,2 % e não saber utilizar 25,7%. Não é possível localizar percentuais relacionados a raça nestas pesquisas, pois não foram levados em consideração no ato das entrevistas.

De acordo com a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – SIS de 2018 produzida pelo IBGE constatou-se que 29,3% das mulheres pretas e pardas não tinham acesso à internet, o que reflete a debilidade do Brasil no que tange a universalização digital.

A partir dos anos 2000, através do aquecimento econômico relativo a ampliação do poder de consumo dos setores mais pobres foi possível a aquisição de *smartphones* e a popularização de aplicativos como *WhatsApp*, *Facebook* e *Intagram*. Ferramentas gratuitas que ajudaram a facilitar cada vez mais o acesso a informações.

O alargamento da inclusão digital no Brasil está diretamente ligada a inclusão social, uma vez que através da internet a adesão a tecnologia de informação possibilita também o acesso à educação, a cultura e ao bem estar social.

Assim, a internet possui fatores limitantes, uma vez que exige minimamente algumas capacidades para sua operacionalização, como a de “compreensão de textos complexos, comunicação por escrito, operação de computadores e softwares, entre outras” (MONTEIRO, 2001, p. 34). A impossibilidade de gerir essas operações é gerada principalmente pela debilidade no acesso a educação de qualidade, atrelada ao pequeno desenvolvimento econômico do país. (MONTEIRO, 2001)

Todavia, quando se possui as condições necessárias para o acesso as tecnologias virtuais, este pode se converter em fator decisivo do processo de conhecimento. Isto porque a internet também se constitui enquanto espaço político, provedor de conhecimento e interação relacional, estabelecido de forma metamorfoseada, porém ainda dotado do sentido original.

4.2 O CIBERFEMINISMO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO

O feminismo negro, enquanto movimento social e político, constitui-se como uma corrente ideológica liderada por mulheres negras que visa essencialmente romper com a tripla discriminação sofrida por elas, tanto no que tange a questão racial, quanto os processos de dominação masculina legitimados pelo regime patriarcal, na promoção pela igualdade de gênero e busca pela emancipação humana. Para tanto, é preciso levar consideração as correntes que são desencadeadas a partir dele.

Os movimentos sociais em geral, vêm sofrendo atualizações fundamentadas em novas estruturas. E a difusão do uso da internet como espaço possível de debate leva os movimentos sociais, em especial o movimento feminista negro para este cenário. Para tanto, o ciberfeminismo negro inicialmente surge como um movimento questionador da relação entre a tecnologia e o homem branco, visto que eram eles que dominavam este espaço, estendendo os processos de exclusão do espaço físico para o virtual.

E assim como no espaço físico, as mulheres brancas foram também as primeiras a se apropriarem do cenário de luta por igualdade através do ambiente virtual. De todo modo, mesmo tardiamente, o ciberativismo negro conquistou o seu espaço. Em consequência da sua pluralidade, as análises e questionamentos se modificaram, uma vez que as mulheres negras, em ações organizadas, começam a ocupar também o espaço em questão.

O ciberfeminismo negro hoje tem como característica principal atuar enquanto estratégia de fortalecimento do movimento feminista negro tradicional, percebendo assim o ambiente virtual como espaço possível para extensão da militância tradicional, na luta contra a discriminação racial, o patriarcalismo e a opressão de classe.

Assim, o ciberespaço tornou-se uma ferramenta de mobilização possível, em que a mulher negra atue com papel de destaque, promovendo a multiplicação de conhecimentos a fim de ressignificar também as representações estereotipadas que a grande mídia tradicional reproduz. Sendo possível construir uma identidade racial que valorize a real estética negra, sua memória, produção literária, histórica, religiosa e cotidiana da comunidade

negra.

Compreendendo que o ciberespaço não é um ambiente deslocado da sociedade e que só é passível de existência através dela, o mesmo manifesta-se como “ferramenta de organização de comunidades de todos os tipos e de todos os tamanhos em coletivos inteligentes, mas também como o instrumento que permite aos coletivos inteligentes articularem-se entre si.” (LÉVY, 1999. p. 133)

Ou seja, os indivíduos que atuam no ciberespaço são o reflexo dos que compõem a sociedade, articulados em redes e capazes de formular idéias, dotados de sociabilidade, portanto, providos de condições para estabelecer conexões sociais através da interatividade informacional. Sendo este um importante meio para produção de discursos ideológicos, dentro e fora da área cibernética.

“O uso das plataformas da internet possibilitou às feministas negras, a produção e divulgação de conteúdos com maior facilidade e amplitude na rede. Assim, passaram a auxiliar na construção de “novas narrativas que, quando compartilhadas e ampliadas pela rede fortalecem outras mulheres a assumir sua própria história” (RIBEIRO, 2017 apud ROCHA, 2016 p. 28)

O ciberfeminismo negro produzido pela internet, que é aqui o objeto de análise, é o movimento que se apropria das plataformas digitais, proporcionando velocidade na propagação das teorias feministas, como igualdade racial, emancipação feminina, denúncias de discriminação racial e sexista, criando redes de apoio coletivo para vítimas de opressão de gênero, um espaço de empoderamento feminino e de compartilhamento de experiências, vivências e posicionamentos na construção de novos grupos representativos ou produtos do mesmo.

É possível desta maneira que algumas remontagens sejam apresentadas, uma vez que o formato das antigas reivindicações que se davam através dos encontros em praças públicas, outdoors, panfletagem, reuniões de coletivos, passeatas, discursos em palanques, impressos, rádio, TV, entre outros, ganham adaptações. Nada disto se perde, contudo, novas ferramentas são adicionadas ao modelo tradicional, que além de novas,

aglomeram-se no mesmo local.

4.2.1 Formas de atuação do ciberfeminismo negro

Por ser um espaço bastante democrático, porque não há censura dos materiais produzidos, a internet cede lugar para todos os posicionamentos, inclusive para o sexismo, racismo e o machismo, que nada mais é do que o reflexo da sociedade patriarcal e racista em que está inserido. Porém, a rede também possibilita nesses casos a estruturação de novas formas de protestos, agora online.

O protesto online, geralmente lançado através de hastags (#), permite o engajamento online gerando visibilidade dentro e fora do ambiente digital. Sempre denunciando algum de tipo de opressão ou fatos do cotidiano que gerem desgostos.

Como uma das características do ciberespaço, de acordo com LÉVY (1999), é a desterritorialização, ou seja, não há barreiras geográficas que impeçam o acesso, rapidamente os protestos online ganham proporções mundiais, dando, conseqüentemente, potencialidade ao movimento.

Um exemplo disso foi a *hashtag*¹ #algoritimoracista, lançada em 2020 e iniciada pela Influencer Sá Ollebar, e que pode ser analisada a partir de duas problematizações. A primeira sobre o grande potencial de engajamento que os protetos podem alcançar e a segunda sobre quais, de fato, são as publicações que geram alcance dentro das redes de compartilhamento.

A denúncia de que a plataforma *Instagram*² possuía um algoritmo racista foi percebida após influencers negros experimentarem postar fotos de pessoas caucasianas, sem abordagens político-ideológicas.

¹ A Hashtag utilizada pelo jogo da velha antecedendo uma palavra ou frase, usado principalmente nas rede sociais afim de associando todas as postagens ao link único de publicações relacionadas.

² Instagram é uma das redes sociais da empresa Meta, antes conhecido como Facebook.

Figura 1 – Página da Rede Social Instagram do perfil de Sá Ollebar



Fonte: Print da página do Instagram da Sá Ollebar (2022) ³

Houve um aumento considerável da entrega do conteúdo dessas postagens em relação as imagens anteriores, que possuíam viés ideológico associada as imagens de pessoas negras. A reverberação do racismo estrutural está em todas as camadas da sociedade e atinge inclusive o espaço virtual, o impacto dessa discriminação inside na produção material e econômica dos criadores de conteúdo preto.

Uma vez que, sob a lógica do *Instagram* – quanto mais pessoas são alcançadas dentro e fora do seu nincho, mais marcas e publicidade o criador atrai para si, conseqüentemente gerando renda. Por que para além de representatividade e criação de conteúdo, a plataforma se tornou também fonte de renda para muitos criadores pretos.

É o que pode ser visto no caso da Influencer⁴ Gabriela Oliveira ou @gabidaspretas que produz conteúdo para o Youtube⁵, Twitter⁶, Facebook⁷ e Instagram. Seu trabalho está centrado no ativismo negro, somando nas suas redes quase 1 milhão de seguidores.

³ Disponível em: < <https://instagram.com/saollebar?igshid=YmMyMTA2M2Y=>> . Acesso em: 10 jul 2022.

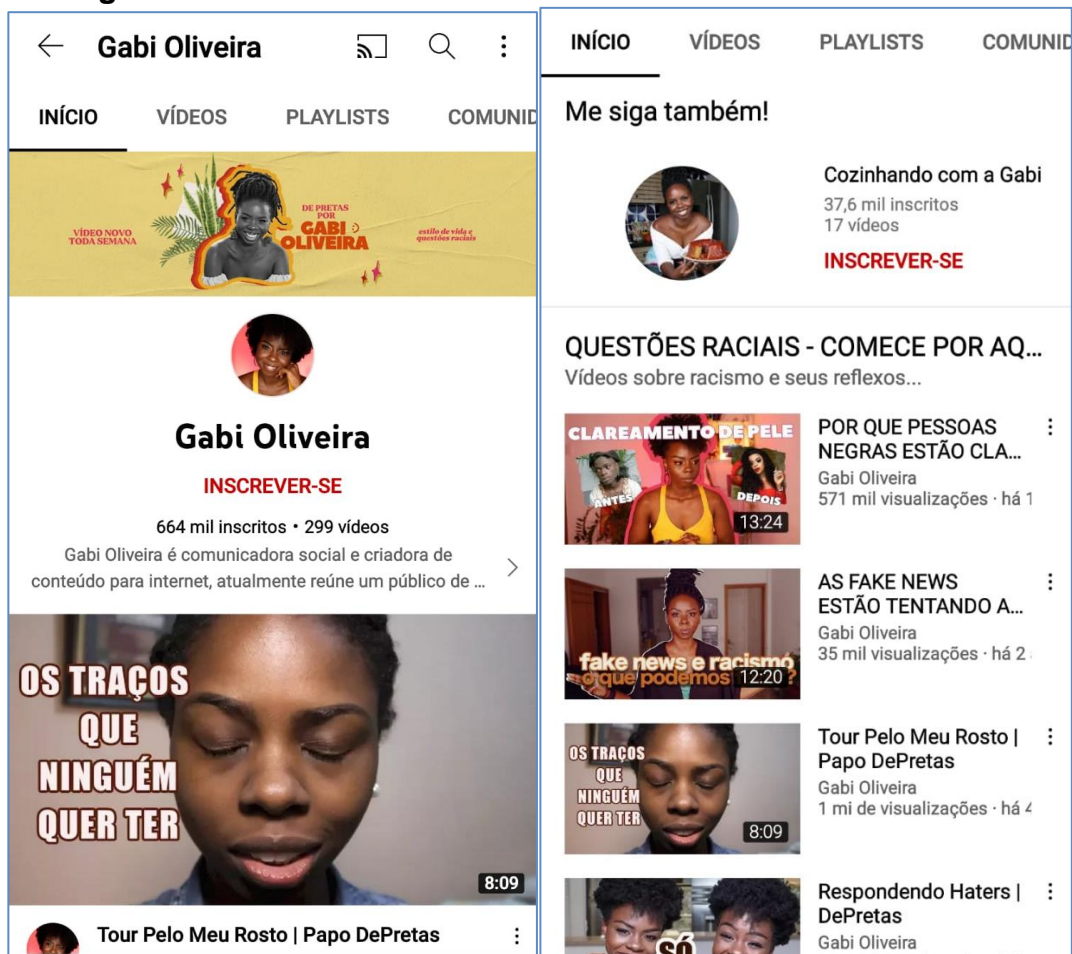
⁴ Influencer, que traduzido para o português significa influenciador(a), é como são chamados os criadores de conteúdo digital que tem um alto poder de influenciar, seja no estilo de vida, opinião, compra de um produto ou seguimento ideológico.

⁵ O YouTube é uma das plataformas da Empresa Google que hospeda vídeos de modo geral. Sendo o segundo maior canal de informação, depois da televisão, para os brasileiros, segundo o levantamento feito pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.

⁶ O Twitter é uma plataforma independente, que funciona como rede social e serviço de microblog, permitindo aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos.

⁷ O Facebook, que muito recentemente mudou seu nome para Meta, é maior rede social do planeta. A empresa chegou ao Brasil oficialmente em 2007 e conta com milhares de usuários espalhados por todo o mundo.

Figura 2 e 3 – Plataforma do YouTube do Canal de Gabi Oliveira












Fonte: Print do canal do YouTube de Gabi Oliveira (2022) ⁸

Como podemos perceber pelas imagens a cima, no Youtube, os videos de Gabi são prioritariamente sobre questões raciais cotidianas, indicação de séries e filmes que abordem essa temática, a estética negra e saúde mental dessa população. Na atuação soma-se a participação de um dos seus canais no programa “Creators For Change” da plataforma Google. Também já palestrou no “Brazil Conference na Universidade de Havard”, sobre a importância do ativismo digital e possui uma palestra no “TEDx” intitulada “Um novo olhar sobre a pessoa negra; novas narrativas importam”.

⁸ Disponível em: < <https://www.youtube.com/c/GabiDePretas> > e < https://www.youtube.com/playlist?list=PL_RgY_2BTebMHsQ1aBEoLHV9n2kJU-AN > . Acesso em: 10 jul 2022.

Figura 4 – Canal do YouTube Gabi Oliveira (Sessão Questões Raciais)

QUESTÕES RACIAIS - COMECE POR AQUI
Vídeos sobre racismo e seus reflexos...

	POR QUE PESSOAS NEGRAS ESTÃO CLAREANDO A PELE? DEPRETAS - GABI ... Gabi Oliveira 571 mil visualizações · há 1 ano Legendas
	AS FAKE NEWS ESTÃO TENTANDO ATRAPALHAR O #BLACKLIVESMATTER - GABI OLIVEIRA Gabi Oliveira 35 mil visualizações · há 2 anos
	Tour Pelo Meu Rosto Papo DePretas Gabi Oliveira 1 mi de visualizações · há 4 anos Legendas
	Respondendo Haters DePretas Gabi Oliveira 355 mil visualizações · há 4 anos Legendas
	COMBATENDO O RACISMO NAS ESCOLAS COM BENILDA DE BRITO PAPO DE... Gabi Oliveira 77 mil visualizações · há 2 anos Legendas
	Cotas raciais: sim ou não? Papo DePretas Gabi Oliveira 154 mil visualizações · há 6 anos
	ISSO NEM É SOBRE A NOVA ARIEL PAPO DEPRETAS Gabi Oliveira 105 mil visualizações · há 2 anos
	VAMOS FALAR SOBRE LIVIA ZARUTY DEPRETAS Gabi Oliveira 975 mil visualizações · há 2 anos Legendas
	Negro ou preto? DePretas Gabi Oliveira 1,2 mi de visualizações · há 5 anos

Fonte: Print do canal do YouTube de Gabi Oliveira (2022) ⁹

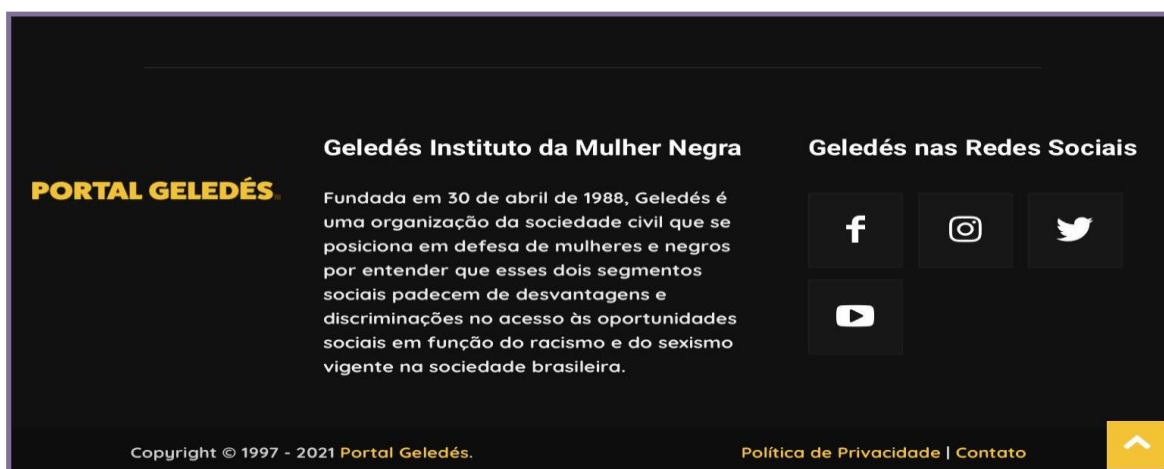
Outro importante ciberespaço de mobilização das mulheres negras é o “Instituto da Mulher Negra – Geledés”, a iniciativa privada de organização civil que foi fundada em 1988, tendo como criadoras Solimar Carneiro, Edna Roland, Sueli Carneiro, Nilza Iraci, Ana Lucia Xavier Teixeira e Maria Lucia da Silva. A proposta principal da Ong é a defesa da mulher e comunidade negra, fomentando apoio e desenvolvendo ações que erradiquem o racismo e o sexismo da sociedade brasileira.

⁹Disponível em: <

https://www.youtube.com/playlist?list=PL_RgY_2BTebMHsQ1aBEoLHV9n2kJU-AN > . Acesso em: 10 jul 2022.

Desse modo o site Portal Geledés, que é o endereço eletrônico utilizado pelo Instituto, se tornou o principal veículo informacional, com uma interface que garante acesso a todos os materiais produzidos. Divididos em questões de gênero, questões raciais, África e sua diáspora, artigos publicados e as principais pautas nacionais que tem correlação com a comunidade negra. Além do Portal, Geledés está no Facebook, Instagram, Twitter e Youtube, utilizando as redes sociais como extensões do site.

Figura 5 - Print do site Portal Geledés



Fonte: Print do site Portal Geledés (2022) ¹⁰

Figura 6 – Página da Rede Social Instagram do perfil Portal Geledés



Fonte: Print do Instagram Géledes (2022) ¹¹

A atuação do ciberfeminismo negro pode aparecer também através de

¹⁰ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>> . Acesso em: 10 jul 2022.

¹¹ Disponível em: <<https://instagram.com/portalgeledes?igshid=YmMyMTA2M2Y=>>> . Acesso em: 10 jul 2022.

nomes já consagrados na área acadêmica que migraram para o meio digital, não em caráter substitutivo, mas como adição do seu campo de atuação. Personalidades como Djamila Ribeiro e Carla Akotirene somam diversos seguidores no Instagram e se utilizam desse meio não só para divulgação dos seus livros, como também para participar de lives, criar videos e compartilhar fotos que abordem a temática etnico-racial e de gênero.

Figura 7 – Página da Rede Social Instagram do perfil da Djamila Ribeiro



Fonte: Print do Instagram da Djamila Ribeiro (2022) ¹²

Figura 8 –Página da Rede Social Instagram do perfil Carla Akotirene



Fonte: Print do Instagram da Carla Akotirene (2022) ¹³

Seguindo os exemplos de ciberativismo negro, ainda citando a Filósofa Djamilla Ribeiro, que no ano de 2017 fez a curadoria dos livros da Coleção Feminismos Plurais e tem em parceria com a plataforma do Youtube séries de videos divididos em temas como racismo estrutural,

¹² Disponível em: <<https://instagram.com/djamilaribeiro1?igshid=YmMyMTA2M2Y=>>. Acesso em: 10 jul 2022.

¹³ Disponível em: <<https://instagram.com/carlaakotirene?igshid=YmMyMTA2M2Y=>>. Acesso em: 10 jul 2022.

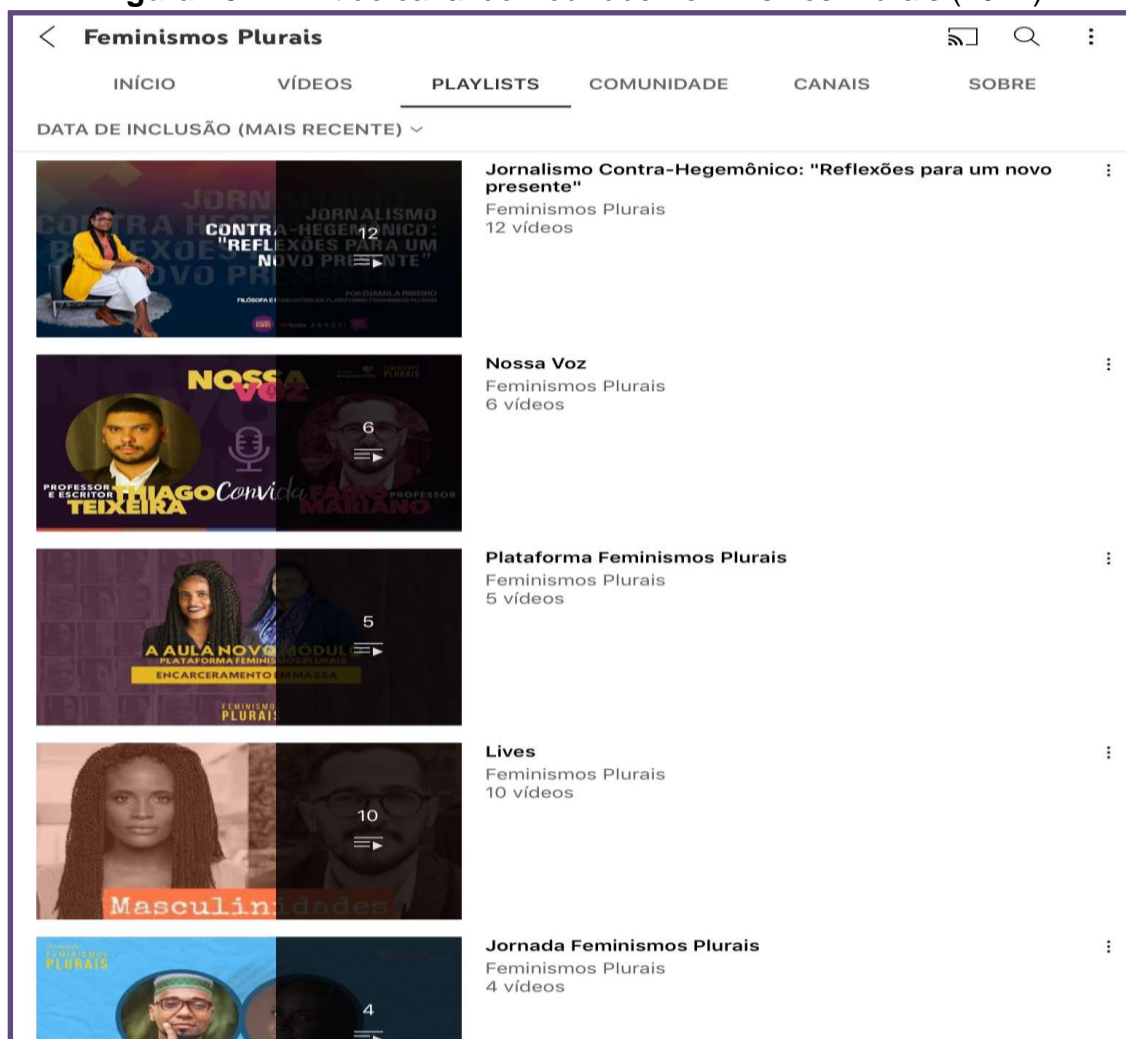
interseccionalidade, masculinidades, apropriação cultural, encarceramento em massa, transfeminismo entre outros temas importantes, recentemente lançou a plataforma virtual de cursos também intitulada Feminismos Plurais que segundo Djamilia seria o “streaming de educação antirracista”.

Figura 9 – Print do site Feminismos Plurais



Fonte: Print do site Feminismos Plurais (2022) ¹⁴

Figura 10 – Print do canal do YouTube Feminismos Plurais (2022)



¹⁴ Disponível em: <<https://juntospelatransformacao.eadplataforma.com/>> . Acesso em: 10 jul 2022.

Fonte: Print do canal do YouTube Feminismos plurais (2022) ¹⁵

Com podemos ver na imagem acima, na plataforma é possível adquirir um plano mensal de conteúdos antirracistas e Mentorias Acadêmicas criados por renomadas(os) professoras(es) e escritoras(es) negras (os) do Brasil.

A autonomia que a internet tem, dá aos internautas não só a possibilidade de escolher qual conteúdo será consumido, mas também tira o lugar de passividade que antes ele possuía. Uma vez que refém da grande mídia (televisiva ou jornalística), além do poder de escolha ser reduzido, não havia brechas para opiniões ou contribuições.

No ambiente virtual é possível que pessoas, sendo do mesmo coletivo ou não, se organizem em torno de uma causa em comum, por vezes com notoriedade internacional. Como foi o caso do revoltante assassinato da então vereadora Marielle Franco, que através de suas redes sociais, denunciava a violência policial constante em ações nas favelas do Rio Janeiro.

As hashtags em referência ao crime eram #MariellePresente #MarielleVive e #NãoFoiAssalto, que somavam mais de 300 mil tuites em poucas horas após o crime, chamando atenção de toda a imprensa internacional. O crime, ainda sem conclusão depois de quatro anos, mostra a tentativa de silenciamento e exclusão que a população negra sofre.

A dependência econômica dos meios de comunicação de massa parece impedir um maior comprometimento desses meios com a democracia e com o Direito que assiste aos mais vulneráveis. O servialismo impede a autonomia desses meios, impede o exercício da livre expressão de pensamento. (GASPAR, pág 52, 2010)

Por isso, para contrapor a seletiva invisibilidade das massas de comunicação, a mulher negra precisou se utilizar das novas mídias, a fim de romper, denunciar e criar um espaço seu. Contudo, essas mulheres são o principal alvo de discursos de ódio na ciberespaço, é o que apresenta o estudo feito pelo sociólogo Luiz Valério Trindade que mostra que 81% das vítimas são mulheres negras entre 20 e 35 anos.

O impacto do ativismo de mulheres negras na internet, independente do seguimento, está atrelado não só ao engajamento que ela gera, mas as

¹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLFPoym5Hme4cAcV6t-kUvIxD-ttAiiRj1>>. Acesso em: 10 jul 2022.

mudanças societárias que são o intuito final destas movimentações. Como mostra a denúncia feita por uma menina de 9 anos na cidade de Manaus, que após pesquisar sobre aliciamento na internet, pôde entender que estava sendo vítima de abuso sexual por um membro da família durante dois anos.

Figura 11 - Print do site G1

Menina vítima de estupro pesquisou na internet sobre aliciamento antes de denunciar abuso no AM

O suspeito, um homem de 48 anos, que é companheiro da tia da vítima, foi preso nesta quinta-feira (26), em Manaus.

Por g1 AM

26/05/2022 15h46 · Atualizado há um mês



Fonte: Print do site G1 AM (2022) ¹⁶

É de grande importância que esses debates estejam cada vez mais em circulação. Seja no ambiente escolar, em casa ou na internet, impedindo que a desinformação de vulneráveis perpetue a impunidade desses crimes.

É possível perceber que através destes conteúdos a mídia publicitária buscou redefinir seu modo de operar, adicionando a causa antirracista aos seus princípios e se alinhando às questões de gênero. No ano de 2022 o alargamento dos debates que envolvem erradicar as discriminações e contribuir para uma sociedade livre do racismo e patriarcalismo estão mais comuns. Porém, a falsa adesão destes discursos cedidos por pressões da sociedade civil também é uma realidade.

Além de ser uma estratégia de fortalecimento da militância, o ciberfeminismo negro torna-se, por vezes, o único caminho possível para algumas mulheres, uma vez que nem todas podem estar presentes nos espaços físicos, seja por indisponibilidade de tempo ou carências de apoio. Entretanto, é preciso estar atento para o perigo da inércia, que acontece quando há a dissociação com espaço físico.

Desse modo, é necessário perceber que o ciberfeminismo negro possui também suas limitações. Ele não é e não se propõe enquanto substituto

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/05/26/menina-vitima-de-estupro-pesquisou-na-internet-sobre-aliamento-antes-de-denunciar-abuso-no-am.ghtml> . Acesso em: 10 jul 2022.

do feminismo tradicional, posto que as “relações virtuais, não substituem pura e simplesmente os encontros físicos [...]. Em geral, é um erro pensar as relações entre antigos e novos dispositivos de comunicação em termos de substituição.” (LÉVY, 1999, p.129)

Portanto, o movimento ciberfeminista negro é uma proposta de atuação das militantes de gerar não só visibilidade e propagação da luta feminista, mas também ser uma atitude de resistência, um espaço de denúncias e uma rede de apoio, no esforço de ocupar todos os espaços formadores de opiniões. E isso inclui o ciberespaço, sem perder de vista o espaço físico ou tomar distância dele, mas sim organizando suas ações de potencialidade.

Dessa forma, desassociar ou fragmentá-los significa enfraquecer a luta e ignorar a pluralidade que o movimento possui. Eles se apresentam como complementares, de modo que o ciberfeminismo negro não se sustenta sem o feminismo tradicional e a militância feminista do espaço físico sozinha perde potencialidade quando desconectada do ciberespaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível através desta pesquisa, analisar o movimento social feminista negro, com destaque para um dos formatos organizativos que o movimento apresenta: o ciberfeminismo negro. Para tanto, foi necessário perceber como inicialmente se deu o processo de construção da dominação masculina, entendendo as noções patriarcais que são enraizadas na sociedade brasileira. As observações sobre os princípios do capitalismo e das categorias sociais de classe, raça e gênero que Saffioti e Angela Davis oferecem e quais são as perspectivas assentadas na legitimação da subordinação feminina.

A luta das mulheres brancas por direitos, espelhadas nas iniciais ações do século XVIII, suscitaram as primeiras organizações em torno do sufrágio universal, vindo a ser posteriormente a primeira onda do movimento feminista, pautado em direitos sociais e jurídicos.

As ondas se mostraram fundamentais para o processo organizativo do movimento, servindo não só pra que as mulheres brancas obtivessem seus direitos reconhecidos, mas também para que elas se exercitassem enquanto ser político, até então ignorado. Mas, não foi amplo o suficiente para que incluísse as pautas da mulher negra, uma vez que não tinham ainda força suficiente para existir enquanto coletivo político.

As lutas sociais, politicamente influenciadas pelos princípios feministas, possibilitaram que cada vez mais políticas públicas com recorte de gênero fossem construídas em prol da igualdade e equidade de gênero. Traçaram-se estratégias para o fortalecimento das mulheres enquanto categoria que permanece em condições de subordinação, construindo propostas de combate à violência, às opressões e em busca de garantias na distribuição de bens de consumo visando à emancipação humana.

Como movimento social, o feminismo não esteve deslocado das transformações ocorridas no período de crise do capital. Passando por influências que alteraram as formas organizativas das lutas. A inserção da frente ideológica neoliberal fragmentou as reivindicações, pois os trabalhadores sentindo as consequências da crise desmobilizaram-se enquanto um movimento social coeso, buscando atender somente as

perspectivas individuais, corroborando para expansão dos princípios neoliberais.

Assim, houve nesse processo a incorporação dos Novos Movimentos Sociais, que com ações pontuais e se distanciando das noções de contradição que o Capital-Trabalho produziu, passaram a operar de forma individual. A construção de um projeto alternativo de sociedade, que incorpore as noções de classe, atenda as demandas operárias e destrua com as investidas neoliberais é perdido de vista nessas novas estruturas, cooperando assim para o alargamento do capitalismo.

Entretanto, os movimentos sociais não desaparecem e as expressões de resistência adquirem novas características. É nesse sentido que surgem novos atores na cena política, que, por sua vez, também sofrem ressignificações, posto à introdução da globalização e dos novos modelos de tecnologias de informação que alteram a comunicabilidade mundial.

Assim, o ciberfeminismo negro surge em cena como ferramenta de organização política do feminismo, apropriando-se do ciberespaço como o ambiente ideal para desenvolvimento da militância feminista negra virtual, possibilitando a inserção de novos adeptos, o crescimento da visibilidade das lutas, a democratização das informações tornando possível aos usuários não só a posição de espectadores como também colaboradores da luta.

As novas tecnologias de informação possibilitam que através da internet outras formas de engajamento sejam geradas. Porém, o ciberfeminismo negro apresenta limitações, e a primeira delas é fato de não ser uma mídia acessível, por ocasião de debilidades sociais nos países em desenvolvimento, em especial o Brasil, refletido na exclusão digital de alguns indivíduos, principalmente das mulheres negras.

As restrições apenas aos espaços virtuais, também geram limitações às lutas, uma vez que o ciberespaço não substitui o espaço físico, mostrando que é preciso estar atento aos perigos da inércia digital. Outra limitação à transposição do feminismo físico para o virtual esta na ideia de que se o ciberespaço é um ambiente que democratiza as informações, pode ser um espaço também disseminador de informações falsas e discussões de ódio.

Por ser de interesse do capital e dos princípios patriarcais manipular ideologicamente as massas e manter o mito da democracia racial, a internet

também vai ser uma ferramenta utilizada por ele. E é a partir dessa premissa que se torna relevante a inserção do ciberfeminismo enquanto instrumento de resistência aos diversos tipos de discriminação racial, da opressão de gênero, subordinações e relações de exploração, seja no espaço físico ou no virtual. Nesse sentido, ao ser utilizado como ferramenta do feminismo negro o ciberespaço torna-se um local de emancipação e empoderamento, mas também de denúncias, posicionamentos e afirmação de identidade.

Assim, a aproximação com o feminismo negro é fundamental para compreender as categorias de gênero raça e classe que, por sua vez, não estão desassociadas das relações de dominação/exploração que o capital produz, ao contrário, as experiências de dominação são vivenciadas de forma acentuada pela categoria feminina, expondo novos conflitos para além do de gênero.

Questionar a divisão sexual do trabalho, a categoria da mulher enquanto ser social, fazer os recortes atrelando raça e gênero, entender a relação capital-trabalho, sexualidade, reprodução social e a construção social do gênero pela perspectiva do feminismo é reconhecer a urgência da emancipação feminina.

Relacionando o papel do educador com o ciberfeminismo negro, é importante que ele, em sala de aula esteja atento e alinhado ao feminismo negro, levando para seus alunos as problemáticas deste tema, se posicionando a fim de superar a ordem estabelecida e educando para emancipar.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Polén, Sueli Carneiro, São Paulo, 2019.

BARRETO PEREIRA, Gabriela. **A Evolução histórica do Direito das Mulheres**. JusBrasil, [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://gabipbarreto.jusbrasil.com.br/artigos/395863079/a-evolucao-historica-do-direito-das-mulheres>>. Acesso em 22 maio 2022.

BRAGANÇA, Claudia Pedro; GUEDES, Olegna Souza de. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. Anais sobre I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Londrina, p. 1-10, 2010.

BITTENCOURT, Naiara A. **As “ondas” do movimento feminista e o eurocentrismo da história**. Revista InSURgência. Brasília, v.1, n.1, p. 198-210, jan./jun, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/viewFile/16758/11894>> Acesso em 22 mar. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, ed. 2, 160p. 2002. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/home?preview=A+Dominacao+Masculina++Pierre+Bourdieu.pdf>>. Acesso em 20 maio 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. Selo Negro, São Paulo, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Instituto da Mulher Negra, São Paulo,

CONQUISTAS femininas (linha do tempo). Histourando. [S.l.], 2014. **Apresenta uma linha do tempo sobre as conquistas e evoluções feministas**. Disponível em: <<https://histourando.wordpress.com/2014/10/19/conquistas-femininas-linha-do-tempo/>>. Acesso em 20 maio 2022.

DAVIS, Angela. **Woman, Race&Class**. The Woman's Press, Grã Betanha, 1982.

DUARTE, Letícia. **Chocar é a palavra de ordem no feminismo contemporâneo**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/chocar-e-a-palavra-de-ordem-no-feminismo-contemporaneo-4531765.html>>. Acesso em 27 de Maio de 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Disponível em: <<https://professordiegodelpasso.files.wordpress.com/2016/05/engels-a-origem-da-familia-da-propriedade-privada.pdf>>. Acesso em 11 de maio 2022.

ENGLERT, Paula. **A construção da desigualdade de gênero**. Hysteria. [S.l.], 2018 Disponível em: <<https://hysteria.etc.br/ler/construcao-da-desigualdade-de-genero/>>. Acesso em 29 març. 2022.

FARIAS ALVES, Ana Carla; SILVA ALVES DA, Ana Karina. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza, v. 6, n. 6, p. 113- 121, maio, 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf> Acesso em 21 març 2022.

FONSECA, Ana Flávia. **A vez das mulheres: as conquistas femininas no mercado de trabalho**. UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa. João Pessoa, 2017. Disponível em < <http://blog.unipe.br/pos-graduacao/a-vez-das-mulheres-as-conquistas-femininas-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 21 maio 2022.

FORTES, Camila. **Feminismo na Web: a internet como um veículo de educação política feminista**. Teresina, 2016. Disponível em: <<http://entrecultura.com.br/2016/06/01/feminismo-na-web-a-internet-como-um-veiculo-de-educacao-politica-feminista/>>. Acesso em 7 maio 2022.

GAZIRE, Marina L. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas**. 2009. 129f. Dissertação (Mestrado em comunicação e semiótica) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2009. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/5260/1/Marina%20Gazire%20Lemos.pdf>> . Acesso em 13 maio 2022.

GELEDÉS Portal. **Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-2.>> . Acesso em 15 de Julh de 2022.

GUEDES, Taís. **As redes Sociais – Facebook e Twitter – e suas influências nos Movimentos Sociais**. Brasília, 2013. Disponível em < https://ipea.gov.br/participacao/images/2013_redes_sociais_e_movimentos_sociais.pdf> .Acesso em 25 jun 2022.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo, 6º Ed., Loyola, 2011.
GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Vozes, 2010.

GOHN, Maria da G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. Campinas, v. 16 n. 47, p. 333- 361, maio-ago., 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em 15 maio 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz S.A., 2020. Tradução Barbara Cruz, Alberto Medeiros, Catalina Zambrano e Tunã Nascimento. Acesso em 15 de Jul de 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Estudos Sociais Hoje, Brasília: ANPOCS, 1984. Acesso em 14 de Jul de 2022.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. Editora WMF Martins Fontes. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, 2013. Acesso em 16 de Jul de 2022.

HOOKS, Bell. **Mulheres Negras: moldando a teoria**. Revista Brasileira de Ciência Política., nº 16. Brasília, janeiro-abril de 2015, pp.193-210. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>>. Acesso em 15 de Jul 2022.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Plataforma Gueto. 2014. Disponível em <Bell Hooks - Não Sou Eu Uma Mulher Mulheres Negras E Feminismo.pdf (google.com).> Acesso em 11 Jul 2022.

LIMA, Dulcilei C. e OLIVEIRA, Taís. **Mulheres negras, tecnologias e resistência**. Digilabour, 2021. Disponível em <<https://digilabour.com.br/2021/03/14/mulheres-negras-tecnologias-e-resistencia/>> . Acesso 13 de jun de 2022.

LIMA, Dulcilei C. e OLIVEIRA, Taís. **Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégia de resistência**. Cadernos Pagu [online]. 2020, n. 59. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202000590006>>. Acesso em 13 de Jun de 2022

MAGRANI, Eduardo. **Política e Internet: internet como ferramenta político-democrática em dois valores**. [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f8e8b1feff822753>>. Acesso em 17 maio 2022

MEDEIROS. Alexsandro M. **CiberDemocracia: Democracia Eletrônica, Virtual ou Digital**. [S.l.], 2016. Disponível em <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciber-democracia/>>. Acesso em 8 maio 2022.

MENDES, Raiana S.; VAZ, Bruna J. O.; CARVALHO, Amansa F. **O movimento**

feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. Gênero e Direito. Paraíba, Nº 03, p. 88-99, out, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/viewFile/25106/14464>>. Acesso em 15 abr 2022.

MONTÃO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo, v.5, Cortez, 2013.

MONTEIRO, Luís. **A internet como meio de comunicação: Possibilidades e limitações.** In: Congresso Brasileiro da Comunicação, 24., 2001, Campo Grande. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001, p. 27- 37.

MORAIS, Yasmin. **O que é o Feminismo Negro?**. Disponível em < O que é o Feminismo Negro?. MEDIUM, 2019. Conheça a abordagem, teorias e eventos... | by Yasmin Moraes | QG Feminista | Medium>. Acesso em 11 de jun de 2022.

ONU – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU: 5 bilhões de pessoas ainda não têm acesso a banda larga móvel.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-5-bilhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-banda-larga-movel/>>. Acesso em 16 maio 2022.

ONU – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **UIT: 3,7 bilhões de pessoas ainda não têm acesso à Internet no mundo.** [S.I.], 2016. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/uit-37-bilhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-internet-no-mundo/>>. Acesso em 16 maio 2022.

PIERRE, Lévy, **Cibercultura.** Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em <<https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf>>. Acesso em 10 maio 2022.

PIERRO, Bruno de. **A Força dos Estereótipos.** Política C&T Gênero, São Paulo, v.230, [s.n.], p. 30-33, 2015. Disponível em: http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2015/04/030-033_Genero-e-ciencia_230.pdf>. Acesso em 18 maio 2022.

PNAD Contínua 2019 – **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal.** Brasil, 2019. Disponível em <Uso de Internet, televisão e celular no Brasil | Educa | Jovens - IBGE> Acesso em 13 de Junh de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revisão Tomaz Tadeu da Silva. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?sequence=1>. Acesso em 29 març 2022.

SENA, Thais. **O algoritmo é racista afinal?** TNM, 2020. Disponível em <<https://todosnegrosdomundo.com.br/algoritmo-racista/>>. Acesso em 15 de Julh de 2022

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimentos de Mulheres.** Recife, SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2013. Disponível em < <http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Feminismo-e-Movimento-de-Mulheres-2013-2a-edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 15 maio 2022.

SILVANA, B.G da Silva. **Feminismo Negro no Brasil: história, pautas e conquistas.** POLITIZE!, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/feminismo-negro-no-brasil/>>. Acesso em 10 de jun 2022.

SILVA, Mona Lisa da. **Das ruas ao ciberespaço: ativismo e ciberativismo de mulheres negras.** Ceará, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50246>>. Acesso em 12 de jun de 2022.

ZERZAN, John. **Patriarcado, Civilização e as Origem do Gênero.** GÊNERO & DIREITO, Paraíba, n. 2, v. 1, p. 5289-5299, jul/dez, 2010.